



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0410/15	DATA: 28/04/2015	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 15h15min	TÉRMINO: 18h44min	PÁGINAS: 70

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FÁBIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA - Professor do Departamento de Ciências Humanas e Tecnológicas da Universidade do Estado da Bahia.  
HAMILTON BORGES - Coordenador da campanha *Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta.*

SUMÁRIO

Votação de requerimentos. Debate sobre aspectos históricos, econômicos e sociais da violência contra jovens negros e pobres.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados em breves intervenções.  
Há falhas na gravação.  
Há palavra ou expressão ininteligível.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito — Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Peço dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - A pedido do Deputado Delegado Edson Moreira, está dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

Informo que foram indicados para fazer parte desta Comissão os Deputados Osmar Terra, do PMDB do Rio Grande do Sul, o nosso querido Relator da política sobre drogas; e o Deputado Dr. Jorge Silva, do PROS do Espírito Santo, que foi membro com a gente da Comissão Especial de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, do Programa Crack, é Possível Vencer e, depois, Presidente da Comissão. Obrigado, Deputado Dr. Jorge Silva. Sejam bem-vindos.

Vamos passar à votação e apreciação dos requerimentos. Depois, voltamos para ordem do dia com a audiência pública.

Submeto à apreciação da Comissão os seguintes requerimentos:

Requerimento nº 19, de 2015, do Sr. Wilson Filho, que *“requer o deslocamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de realizar audiência pública no prédio da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa”*.

Como ele não está presente, e nós já aprovamos, na verdade, audiências públicas em todos os Estados brasileiros, pergunto ao Delegado Edson Moreira se



quer subscrever e defender a apreciação do requerimento, porque já está na pauta, já voltou à pauta. *(Pausa.)*

Então, concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira, que vai fazer a subscrição.

O requerimento é do Deputado Wilson Filho.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - É de suma importância esse requerimento, para que possamos enriquecer ainda mais os nossos conhecimentos e aprofundar nessa investigação para descobrir realmente a profundidade desses homicídios, desses crimes e desses desaparecimentos.

Então, rogo pela aprovação do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Consulto se há algum Deputado que deseja encaminhar contra a matéria.

Passamos à votação.

Em votação o Requerimento nº 19.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Deputado Wilson Filho, subscrito pelo Deputado Delegado Edson Moreira.

Requerimento de nº 29, de 2015, do Sr. Delegado Edson Moreira, que *“requer sejam efetuadas diligências na cidade de São Paulo para acompanhar a morte dos 8 integrantes da torcida organizada do Corinthians, Pavilhão 9”*.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Esses homicídios vêm totalmente ao encontro do que nós estamos investigando, porque a maioria das vítimas, como outras mais, de torcidas, que estão acontecendo por lá, realmente são negros pobres, em sua maioria. Então, seria importante acompanharmos para vermos como está sendo o método de apuração, para ver se, no restante dos Estados, também assim está sendo feito.

Então, é de suma importância esse acompanhamento, porque o clamor lá é muito grande e seria importante para a Comissão os subsídios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Consulto se há algum Deputado que deseja encaminhar contra a matéria.

Passamos à votação.



Em votação o Requerimento nº 29.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 30, de 2015, do Sr. Deputado Luiz Couto; Requerimento nº 31, de 2015, do Sr. Luiz Couto; Requerimento nº 32, de 2015, do Sr. Paulão; Requerimento nº 33, de 2015, do Sr. Paulão, e o Requerimento nº 34, de 2015, do Sr. Luiz Couto. Os autores não estão presentes. Como é a primeira vez que esses requerimentos estão sendo pautados, vamos suspender a apreciação deles. Se os autores chegarem, a gente suspende a audiência e coloca em votação.

Vamos passar para o próximo item da pauta, audiência pública.

Quero aqui agradecer a presença da nossa Relatora, Deputada Rosângela Gomes, que já está presente na Mesa.

Iniciaremos a audiência pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito, resultado da aprovação do Requerimento de nº 16, de 2005, de minha autoria, subscrito pelo Deputado Jean Wyllys, e também do Requerimento nº 17, de 2015, da Deputada Rosângela Gomes, subscrito pelo Deputado Davidson Magalhães.

Informo que durante a fala dos convidados não haverá apartes.

Os Deputados interessados em interpelar os convidados deverão inscrever-se previamente na Secretaria da Comissão.

Convido para sentar-se à mesa o Prof. Fábio Nogueira de Oliveira, do Departamento de Ciências Humanas e Tecnológicas da Universidade do Estado da Bahia. *(Palmas.)*

Convido também para sentar-se à mesa o Sr. Hamilton Borges, Coordenador da campanha *Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta*. *(Palmas.)*

O Sr. Hamilton Borges quer colocar a bandeira da organização dele. Quero pedir concordância ao Plenário. *(Pausa.)*

Aprovada.

Concedo a palavra ao Prof. Fábio Nogueira, por 20 minutos.

**O SR. FÁBIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA** - Boa tarde a todas e todos os presentes.



Quero agradecer o convite para participar desta audiência na figura do Sr. Presidente da Comissão, Deputado Reginaldo Lopes, e da Relatora, Rosângela Gomes.

Meu nome é Fábio Nogueira. Sou professor universitário, sociólogo. Sou professor da Universidade do Estado da Bahia e militante da Organização Círculo Palmarino, que é uma entidade, uma organização do Movimento Negro.

A minha fala vai no sentido de recuperar aspectos, do ponto de vista histórico, econômico e social, que ajudam a explicar esse processo que a gente assiste no Brasil, do extermínio sistemático da população jovem e negra.

A minha fala vai nesse sentido de contribuir para que a gente possa identificar as origens e, a partir disso, buscar meios, mecanismos efetivos, para estancar essa verdadeira tragédia social que assola hoje a sociedade brasileira.

Bem, eu acho que para a gente poder localizar esse fenômeno é importante partir do fundamento da sociedade brasileira.

A sociedade brasileira é uma sociedade de origem escravista, que conviveu com séculos e séculos de escravidão da população africana. E, nesse processo de escravização dos africanos, conviveu e naturalizou formas de violência que podem ser de caráter físico, psicológico, cultural, simbólico, mas também ao ponto do extermínio puro e simples.

Se a gente for analisar o que foi o tráfico transatlântico, quantas vidas foram perdidas na travessia da África para o Brasil e quantas aqui também se perderam. E o Estado brasileiro no processo do período colonial naturalizava isso. Então, é uma naturalização da morte do corpo negro da nossa sociedade. Esse é o primeiro dado que a gente tem que analisar.

O segundo dado que queria resgatar e analisar é no contexto pós-abolição. Existia um debate sobre quais meios seriam os mais efetivos para o controle da população negra no período pós-abolição?

Isso gerou uma série de debates e uma série de intervenções do poder público. Em vez de trilharmos um caminho em que se buscasse a integração a partir da educação, da ampliação dos direitos da cidadania, buscou-se controlar essa população a partir do poder da coerção física, uma das origens da nossa instituição que é a polícia — a força pública, depois, a Polícia Militar.



Se a gente for analisar, historicamente, a repressão aos quilombos e quilombolas, onde há inclusive forças ligadas ao Estado brasileiro, ao Exército, à própria polícia, à força pública, envolvidos nesse tipo de ação, e a perseguição a capoeiristas que praticavam capoeira e também às tradições culturais de origem africana: o candomblé, outros cultos e assim por diante.

Não é à toa que nós tivemos no Brasil uma revolta, estudada pelo historiador chamado Sidney Chalhoub, que foi a Revolta da Vacina, que envolvia justamente a ideia de que o Estado brasileiro podia dispor dos corpos da população. Isso gerou uma reação por parte dessa população, uma revolta e, por sua vez, também uma ação violenta do próprio Estado.

Então, este é o segundo aspecto: na formação da instituição do seu aparato de repressão, prevaleceu a ideia de que a população afrodescendente, de maneira geral, deveria ser controlada, tinha um potencial risco para a ordem, deveria ser integrada a partir do trabalho, que era um meio legítimo, socialmente aceito e estabelecido de integração a essa ordem, a ordem burguesa, e aqueles que não se adequassem a isso seriam alvo de encarceramento, perseguição do próprio aparato repressivo do Estado.

Um terceiro aspecto diz respeito aos ciclos de modernização e desenvolvimento da sociedade brasileira e como a população negra foi integrada a esses ciclos.

Então, eu queria chamar a atenção para isso, porque, como já foi dito nesta CPI, houve o aumento considerável do número de jovens negros mortos de forma violenta nos últimos 15 anos. E isso coincide com o processo de aumento, de crescimento econômico, de uma certa prosperidade econômica. Então, como há relação entre uma coisa e outra? Por que isso acontece? Ora, isso acontece justamente porque as cidades se tornaram alvo de um processo de especulação imobiliária e de reorganização do espaço urbano, que alguns sociólogos, urbanistas chamam de gentrificação. Nesse processo de gentrificação, você tem uma reorganização do espaço urbano em que você, a partir de intervenções do Estado, a partir de políticas públicas do Estado, redefine os usos de determinado espaço.

Então, isso aconteceu, particularmente, no período que precedeu a Copa do Mundo; agora temos as Olimpíadas, os megaeventos. Um conjunto de intervenções



do Estado, a partir de políticas públicas, investimentos estatais, que busca reorganizar o espaço urbano, mas que tem sua contrapartida que é a ação violenta de agentes estatais, buscando reorganizar e reordenar o espaço urbano.

Então, você tem um processo, nós do Círculo Palmarino chamamos de faxina étnica ou de segregação espacial do espaço urbano, onde você tem espaços branqueados e espaços enegrecidos. Espaços branqueados dominados por uma forte intervenção estatal e uma valorização desses espaços; e espaços enegrecidos onde você tem pouca ação do Estado, a não ser o poder de polícia, o poder de coerção física.

É com base nisso que a gente observa esse fenômeno do extermínio da juventude negra.

Eu queria agregar mais um ponto — que eu acho importante a gente considerar — que diz respeito a uma política que o Estado brasileiro incorporou como política pública e que diz respeito diretamente ao aparato repressivo. E, quando eu digo aparato repressivo, é óbvio que estou pensando do ponto de vista da coerção, mas a função não é apenas essa. Quer dizer, a gente tem que pensar segurança pública como direito social, e a polícia deve ter outra missão institucional que não apenas o poder de repressão. Mas esse é um debate que a gente vai ter que aprofundar.

O Estado adota, o Brasil adota uma política que se inicia nos Estados Unidos, com o Governo Nixon, de guerra às drogas. Então, é importante a gente fazer um balanço de qual foi exatamente o resultado dessa política de guerra às drogas. Ela foi efetiva? Ela conseguiu diminuir o tráfico de drogas no Brasil? Ela conseguiu diminuir o consumo de drogas no Brasil? Por quê? É justamente essa a principal justificativa de agentes do Estado para efetuarem ações violentas, com letalidade, em territórios enegrecidos, justamente buscando o combate ao tráfico de drogas a partir de intervenções em territórios negros urbanos, a partir das UPPs e outros modelos de intervenção repressiva do Estado.

A política de guerra às drogas não só se mostrou um fracasso do ponto de vista da diminuição do consumo das drogas, como também é uma das responsáveis pela morte massiva de jovens negros em nosso País, seja em função das ações do



Estado, do seu poder de polícia, seja pelos próprios conflitos derivados do comércio da droga.

Então, é necessário a gente fazer essa discussão sobre o proibicionismo. Quer dizer, a população jovem negra deste País é quem está pagando com a sua vida pela política proibicionista que o Estado brasileiro vem adotando e que se mostrou pouquíssimo efetiva do ponto de vista do controle do consumo e da venda, do comércio de drogas. Esse é um ponto que não podemos desconsiderar.

A ação violenta tem por objetivo o tráfico, ou pessoas que estão associadas ao tráfico. Em cima disso, justificam-se os atos, como foi o caso recente em Salvador, no Bairro Cabula, dos 12 jovens negros que foram assassinados pelo Estado brasileiro, pelo Estado baiano, sob a alegação de que seriam traficantes, como se isso justificasse matar traficantes, ao arripio do Estado Democrático de Direito, que é o que reza a nossa Constituição Federal, que rege as nossas leis.

Esse é outro ponto para o qual eu queria chamar a atenção, porque não dá para pensar a redução desses níveis de violência contra os jovens negros sem colocar o dedo na ferida da questão do proibicionismo no Brasil, se é efetivo ou não, e como a população negra vem sendo vítima dessa política.

Outro ponto que eu queria destacar é o debate sobre a militarização da polícia. Já existe no pelos policiais um debate sobre a militarização. A Constituição Federal de 1988 consagra inclusive um resquício do período autoritário da ditadura de 1964, a ditadura militar, que equipare a polícia a uma força auxiliar das Forças Armadas e opera uma política de repressão, de criminalização da pobreza, e da pobreza negra, em nosso País.

Ora, há um estatuto militar que rege as polícias, há uma missão institucional em torno da garantia da ordem, e não de assegurar o direito à segurança, que é um direito social, e ela se organiza como uma força militarizada, que tem como objetivo impor, de forma violenta, a ordem em determinados espaços, em determinados territórios considerados potencialmente perigosos.

Há um problema na própria instituição, na sua origem, no seu fundamento, na sua missão, o que deve ser revisto pelo Estado brasileiro. Quer dizer, a luta pela desmilitarização é importantíssima para que a gente aponte um outro modelo de



segurança pública que passe pela valorização e pela defesa dos setores mais vulneráveis da sociedade brasileira: as mulheres, os negros, os homossexuais.

Enquanto nós considerarmos que a atual estrutura dá conta, pouco vamos avançar. É necessário rever a forma como as polícias se organizam, e, sobretudo, a formação do policial militar. Na Bahia aconteceu isso, no Rio de Janeiro também, caso de policiais recrutas que morreram em treinamento — isso também deve ser objeto de apuração e investigação. O militar não pode se tornar no seu processo de formação, desumanizado e preparado como se fosse uma máquina de combater o inimigo interno, o que gera o que a gente está observando hoje. Essa é uma outra preocupação que eu queria levantar aqui.

Estou contando o tempo.

Esse é um ponto que considero importantíssimo para que a gente possa avançar numa política que seja efetiva, do ponto de vista de — como eu disse no começo — conter essa verdadeira tragédia social. O movimento negro, diga-se de passagem, desde a década de 70, o Movimento Negro Unificado — MNU tem documentos que falam sobre essa questão, tem documentos políticos que falam sobre a questão do extermínio, da criminalização da população pobre e negra e dos efeitos disso para a população afrodescendente, como uma das faces do racismo institucional presente em nosso País.

Outro aspecto que acho importante é que nós vivemos numa democracia e vivemos num Estado Democrático de Direito limitado. As corregedorias de polícia, as ouvidorias têm pouca efetividade, são pouco ágeis em apurar, em responsabilizar os casos de violência perpetrados por agentes do Estado, logo, representantes do Estado, contra jovens negros e a população negra de maneira geral. E o que é mais grave: as pessoas, os familiares dessas pessoas vivem num estado constante de terror, de medo, o que inviabiliza qualquer processo sério e transparente de apuração e responsabilização.

Existem mecanismos institucionais que devem ser mobilizados para garantir que essas pessoas tenham o direito de viver assegurado. Vivem com medo, constrangidas, às vezes são obrigadas a abandonar suas casas, a sua própria cidade, e não têm por parte do Estado Brasileiro nenhum tipo de ação efetiva no sentido de garantir os seus direitos, quiçá a apuração e responsabilização daqueles



que são responsáveis pelo desaparecimento forçado, pelo assassinato de seus familiares.

Isso, para nós, do Movimento Negro, é algo muito grave, porque, em nossas comunidades, ter de conviver com isso diuturnamente e não ver nenhum tipo de resposta por parte do poder público é algo desalentador e, mais do que isso, é motivo de revolta, de ressentimento e — por que não? — de desespero, principalmente para os familiares que perderam seus filhos, para as mães que perderam seus filhos, os seus parentes próximos e assim por diante.

De maneira que esta CPI já é uma vitória, quer dizer, tem a sensibilidade de perceber que este não é um problema a mais. Mas este é um dos centros da questão social no Brasil hoje.

Não adianta nós termos um modelo de desenvolvimento econômico, se mantivermos o padrão de gentrificação do espaço urbano. Não adianta avançar em políticas públicas de combate ao racismo, com mais quotas, enquanto o aparato do Estado brasileiro continua ocupando os territórios enegrecidos, exterminando a nossa população. Não adianta assinarmos tratados internacionais e assumirmos compromissos, perante outras nações do mundo, de que nós vamos erradicar o racismo, enquanto as nossas crianças negras, as nossas mães e os nossos pais sofrem com o medo de não terem o seu filho de volta em casa no final do dia. Ou, o que é pior: aqueles que sofreram com o desaparecimento forçado, naquela esperança, naquele fio de esperança, de que um dia ele vai voltar, e ele não volta.

O Estado brasileiro não pode simplesmente ignorar o que o Movimento Negro vem fazendo há anos. Aqui temos um representante, o companheiro Hamilton Borges, que há anos vem travando essa luta em Salvador, os companheiros da *Reaja ou Será Morto*, um movimento tão importante, um movimento que vem justamente dizer que, para uma parcela muito significativa da população brasileira, o Estado não existe, a não ser o Estado repressivo, o Estado policial.

Não é possível avançar, do ponto de vista de uma cidadania plena, se nós não incorporamos, enquanto horizonte político do Estado brasileiro, a universalização de direitos: educação, cultura, lazer. Para que serve UPP? Para que serve o pacto na Bahia, Pacto pela Vida, se não temos ações efetivas do Estado, se a escola pública está abandonada, se não temos centros de cultura, praças de



esporte e lazer, serviço de transporte, coleta de lixo, saneamento básico? Tudo falta, menos polícia, menos repressão!

Não podemos considerar esses territórios urbanos — e há um aspecto interessante, que é o da interiorização da violência, porque fenômenos que antes aconteciam na capital, não só fenômenos que dizem respeito à violência, mas fenômenos que dizem respeito à própria organização do espaço urbano, as cidades brasileiras cresceram, as cidades de médio e de pequeno porte cresceram — sem considerar que existem territórios, áreas nos centros urbanos, onde nós somos maioria não por coincidência, mas, sim, por uma condição histórica que nos colocaram lá, que são vistos pelo Estado apenas sob o crivo do poder de polícia, e não como áreas que deveriam merecer, por parte do Estado, um investimento prioritário em políticas sociais.

É justamente o que nós chamamos de ações de faxina étnica. Geralmente, isso fica mais evidente quando se precede um grande evento internacional, que a gente vai receber turistas de fora, etc. Então, a cidade precisa ficar bonita, organizada. Mas, também, o atual modelo de intervenção no espaço urbano, que beneficia o capital imobiliário, setores da classe política e do próprio Estado, define, melhor dizendo, cria uma cisão do espaço urbano entre áreas branqueadas e áreas enegrecidas. E nessas áreas enegrecidas, a relação que o Estado tem é com uma ação violenta.

Eu coloquei aqui, e há outros exemplos, chacinas em bairros periféricos — Cabula é um exemplo — e não em bairros nobres, em áreas nobres, porque a reação da sociedade e mesmo da classe política não seria a mesma. As sensibilidades mudam de acordo com a cor da vítima e sua condição social.

Se nós estamos na Casa do povo, se estamos seguindo aquilo que está estabelecido na Constituição Federal, o Estado Democrático de Direito, se vivemos numa Nação democrática, de fato, nenhuma vida, seja ela branca ou negra, deve ser dispensável ou considerada menos importante.

E o que nós observamos, no mais das vezes, quando o Movimento Negro se insurge, movimento de mães, de familiares que reivindicam, às vezes, o direito de enterrar os seus próprios filhos, como as mães que perderam os seus filhos durante o período da ditadura militar no Brasil — também algumas delas reivindicam —, é



que existem setores da classe política, da imprensa e do próprio Estado que entendem isso como uma agressão à instituição Polícia Militar, ou ao próprio Poder Executivo, ou ao próprio Poder Judiciário. Não. Não se trata disso, trata-se de reparar um erro irreparável, trata-se de cobrar a cidadania que nos foi negada e que era obrigação do Estado brasileiro oferecer.

Então, eu encerro por aqui, agradecendo pela oportunidade. Espero que o que eu disse aqui, assim como outros que também foram chamados e ouvidos, possa contribuir e sensibilizar os nossos Parlamentares para a necessidade de corrigir imediatamente, de frear imediatamente a atual política de extermínio de jovens negros, que só vem aumentando dia após dia em nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer o nosso Prof. Fábio Nogueira de Oliveira, da Universidade do Estado da Bahia, pela excelente contribuição e exposição.

Passo a palavra ao nosso próximo convidado, Sr. Hamilton Borges, Coordenador da campanha *Reaja ou Será Morto*, por 20 minutos.

**O SR. HAMILTON BORGES** - Alexandre Pinheiro dos Santos Lima, Everson Pereira dos Santos, Edvanildo Oliveira dos Santos, Jackson Bordens de Carvalho, Negro Blue, os seus familiares estão aqui presentes. Nós, da campanha *Reaja*, não queremos sequestrar a voz dos familiares, que são os primeiros e os mais atingidos por um drama secular que atinge o povo negro neste País.

Nós estamos falando do racismo que estrutura toda a sociedade brasileira, que, no seu limite mais contundente, nos retira a vida, retira a possibilidade de a nossa humanidade ser reconhecida por este mesmo Estado que foi construído por nós.

Outros mortos da operação, que ficou conhecida internacionalmente como “a matança de Cabula” ou como “a tragédia de Cabula”, são: Natanel, Evson, Caíque, Rodrigo, Seiro, Alex, Agenor, Jefferson, Alex, Ocrim, Marcos, Cláudio. Pessoas que estão neste momento presas, detidas pelo Estado brasileiro, como traficantes: Arão de Paula Santos, Luan Lucas de Oliveira, L. M. B., de 15 anos — portanto, não vamos declinar o nome —, Elenilson Santana da Conceição.



Ainda que todas as comprovações e a própria interpretação do Ministério Público indiquem que houve ali uma situação de execução sumária extrajudicial, a Justiça ainda considera aquelas pessoas sem a devida presunção de inocência, o princípio da presunção de inocência, como pessoas que cometeram o crime de tráfico de drogas, sem qualquer comprovação, sem nenhuma persecução penal que tenha chegado a termo.

Quando eu falar “nós”, será porque nós somos de um movimento. Aqui, a minha presença é apenas para ecoar esse movimento que tem, nos familiares e, sobretudo, nas mães, a sua base e a sua sustentação primária. Nós somos da campanha *Reaja*. Há 10 anos, nós estamos debatendo com a sociedade brasileira, com as instituições de defesa de direitos, com as instituições do Estado brasileiro, o grande drama e a grande tragédia para toda a sociedade que é o racismo, na sua combinação letal, que incide sobre o sistema de Justiça.

Esse sistema de Justiça é extremamente seletivo, escolhe pessoas negras e indígenas e tem nessas pessoas sujeitos que podem ser eliminados sem que ninguém lamente isso. Pessoas que, inclusive, podem morrer sem que isso se constitua homicídio, ainda que não tenha sido legítima defesa, ainda que não exista qualquer exculpante.

Este é o primeiro debate que nós gostaríamos de apresentar a esta importante CPI. Uma CPI que, em que pese a importância fundamental de quem a pediu, deve entender que essa é uma exigência histórica, uma exigência política dos negros e das negras do Brasil. Porque nós não podemos mais suportar o amontoado de cadáveres que se espalham pelo Brasil. Cadáveres que têm cor, que têm pertencimento racial. Nós não podemos suportar mais isso e, se esta CPI aqui está instalada, é porque os movimentos sociais e movimentos de familiares, de vítimas do Estado racista brasileiro, têm se mobilizado há mais de 30 anos para fazê-lo.

Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de apresentar este instrumento, que foi produzido aqui mesmo nesta Casa. É o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste, a CPI Nordeste, de 2003, que teve como Relator o Sr. Deputado Luiz Couto, pessoa de nossa mais alta estima, de mais alta consideração, pela coragem que, diante daquela conjuntura, que invariavelmente poderia ser impedido de seguir concluindo os seus trabalhos, nos apresentou um



resultado que foi muito importante, sobretudo para a memória dos movimentos sociais e para a memória das instituições de direitos no Brasil. Mas, efetivamente, as orientações aqui contidas não resultaram em nada, senão, nós não estaríamos aqui discutindo o tema sobre o qual estamos nos debruçando.

Poderia eu aqui falar do drama das pessoas de São Paulo, de Brasília, do Rio de Janeiro, de todo o Brasil, porque nós temos uma ligação histórica e política e uma articulação forte internacional para levar esses problemas à luz da sociedade brasileira e da sociedade internacional. Mas, para nós da *Reaja*, para além de pesquisadores, para além de pessoas iluminadas, para além de qualquer coisa, os familiares e os movimentos têm muito o que dizer, têm muito o que falar, têm muito a contribuir, têm muito a ajudar, inclusive as organizações governamentais, que têm lucrado muito com essa desgraça.

Nós, negros, queremos falar por nós mesmos! Nós não admitimos o sequestro de nossa voz. Esse é um tema importantíssimo para uma CPI, que aqui está colocada. Quando nós estamos falando de mortes dos negros, nós estamos falando de um conjunto de eliminações que dizem respeito também ao epistemicídio, que é a morte da produção intelectual dos negros, na universidade ou fora da universidade. É a capacidade de falar por nós próprios, o primeiro respeito que as Casas Legislativas, Executivas e Judiciárias devem ter.

Esse instrumento, que eu acho que a CPI deve colocar nos seus Anais, para inclusive pesquisar e buscar, fala de um exemplo simples: um delegado de polícia, alcançado por esta CPI, que tem pelo menos 30 acusações, por participação em grupos de extermínio e por participação em atividades de tortura — sentou ali na frente na CPI —, que foi acusado por uma juíza, que tem uma família inteira de pessoas que são policiais que participam desses conluíus criminosos que retiram a vida das pessoas desde os anos 80, com os esquadrões da morte, conhecidos, com apelidos diversos, em vários lugares do Rio de Janeiro e na Bahia, como Mão Branca.

Essa pessoa alçou o cargo de persecutor de grupos de extermínio na cidade de Simões Filho, que, segundo o Mapa da Violência... Eu não sei o que se alterou no Mapa; o número de mortes é tão grande que se altera todo dia. Ele era o delegado de polícia que investigava os crimes de extermínio.



Infelizmente, essa CPI diz respeito ao governo que era o Governo de Paulo Souto, que é do grupo político do Sr. Antonio Carlos Magalhães.

Naquela época, os grupos chamados de esquerda entraram com ações. Inclusive, Deputados que eram ligados aos direitos humanos batiam, brigavam e nos apoiavam para que aquela situação não mais acontecesse.

Ocorre que nós estamos na vigência de um governo democrático e popular (*falha na gravação*) combateu essas ações, estão colocados aqui nessa CPI do Nordeste, de 2003.

Nós precisamos dizer o que queremos. Nós somos um movimento sem tutela, nós somos um movimento sem chefes. Nós não somos um movimento relacionado a qualquer partido que seja. Nós somos movimento social, e estamos para além da conjuntura.

Se nós estávamos juntos desses partidos que brigaram para que acabasse essa situação, infelizmente, diante da morte dos nossos filhos, dos nossos irmãos, diante dos espancamentos, diante das perseguições, tivemos que combater um Governo que parece que instala um Estado democrático de direito penal. E nós vamos tentar explicar isso dentro do tempo de que dispomos aqui.

Quando estamos falando dessas mortes — e nós vamos falar do real concreto, da situação concreta, inclusive amparados por reportagens jornalísticas e pelo próprio depoimento dos familiares —, nós estamos em uma situação que foi fundada por uma lógica de segurança pública lombrosiana. Lombroso era um médico que fundou a criminologia e tinha uma ideia da criminologia, pela qual a Sra. Deputada aqui do meu lado, com seus traços característicos africanos — com o seu crânio, com os seus lábios, com o seu nariz —, seria um bandido padrão. Ela nasceria com o traço da violência, nasceria com o traço da desgraça, conforme as palavras do próprio Lombroso.

Causa-nos espanto que um Governo democrático popular crie uma cartilha e deixe que o autor dessa cartilha, um tenente da polícia que deveria ser chamado aqui para ser sabatinado... Como é que ele conseguiu uma série de informações? Ele pede elogios pelo fato de ter entrado em cadeias como estagiário de polícia e coletado informações, quebrando, inclusive, as regras da boa pesquisa, da ética na pesquisa. Os depoimentos são todos dele. Se os senhores quiserem comprovação,



nós teremos essas comprovações em documentos assinados por ele em redes sociais e nos debates que faz nas cidades. Ele cria a cartilha da tatuagem. A cartilha da tatuagem — lombrosiana, como deveria ser — é uma cartilha que indica que determinadas pessoas que ostentam determinadas tatuagens são bandidos padrão, que essas pessoas que ostentam essas tatuagens...

Se o senhor tiver, Deputado Jean Wyllys, que eu cumprimento com muito prazer, uma tatuagem de um Ofá de Oxóssi...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. HAMILTON BORGES** - O seu orixá? Se o senhor tiver uma tatuagem do Ofá de Oxóssi, e a polícia o pegar, e o senhor morar nos bairros populares de Salvador e carregar a marca de sua raça, pode ser morto ou pode ser preso, porque, segundo esse especialista de meia-pataca, é o cobrador do tráfico de drogas.

Os jovens do *rap* gostam de colocar lágrimas tatuadas nos olhos, porque são um símbolo do Wu-Tang Clan, que é um grupo de *rap* dos Estados Unidos. Na Bahia, um jovem, filho de uma militante da campanha *Reaja*, já foi pelo menos duas ou três vezes preso pela polícia. Nós estávamos lá, com o Deputado Hilton Coelho, para retirar este jovem, porque não existia nenhum motivo fundamentado para ele ser preso, e eles diziam: “*Ele tem uma tatuagem, é matador de polícia*”. Esses são dispositivos que indicam quem deve ser abatido. São dispositivos seletivos, dispositivos que colocam a marca de quem deve ser procurado pela polícia.

O outro dispositivo, pasmem, é o baralho do crime, que é um jogo de paciência — vocês podem acessar dos seus computadores —, que está na Secretaria de Segurança Pública. O jogo de paciência, que é o baralho do crime, é inspirado nos ases do mal, de George Bush, aquele baralho que George Bush colocou na mão dos soldados americanos, muitos deles saídos dos guetos dos Estados Unidos, jovens, latinos, pobres, que ficavam olhando as cartas, memorizando os rostos de quem deveria ser abatidos. Quando encontravam uma pessoa que se parecia com qualquer árabe, eles matavam.

A mesma coisa ocorre no Estado da Bahia. Por nada, por nada (*falha na gravação*) de que existe uma ponderação de conflitos entre o direito da persecução penal, da facilidade da polícia em encontrar supostos bandidos, existe também o



direito à dignidade humana, princípio criado, inclusive, pelos europeus, mas que, quando foi criado, não chegou a nós.

O princípio da dignidade humana, senhoras e senhores, é um princípio dos direitos humanos, e só foi apresentado a nós, positivado para nós, homens e mulheres negras neste País, em 1888. Antes, éramos considerados juridicamente semoventes, bichos que podiam ser vendidos. O problema é que, mais de 120 anos depois, é dessa forma que somos tratados e é dessa forma que somos eliminados.

Queremos chamar a atenção das senhoras e dos senhores desta Casa Legislativa, que têm o condão de criar leis que sejam justas, de criar leis que sejam de defesa. Ora, se for para vir a esta Casa, para criar uma lei em que um jovem pode ser perseguido pela polícia e pela Justiça com 14 anos, nós não precisamos desta Casa, porque isso já foi experimentado em 1890.

Os Deputados criaram a República, e, em todos os lugares do mundo em que se fundou a República, a primeira coisa que se fez foi uma Carta de Direitos. Neste País, não! Aqui se criou um Código Penal e se colocou, como pessoas que podiam ser alcançadas pela polícia, com 14 anos. Eram negros!

Todos os que querem diminuir a idade penal, ao fim e ao cabo, nos querem presos e mortos! Mas não por um discurso moral e religioso, como querem parecer que é. Talvez o discurso moral sirva para convencer as mentes mais fracas, não a nossa! Nós sabemos que esse debate e esse discurso, tanto os dispositivos criados de segurança, quanto a redução da maioridade penal e *outras cositas*, para o encarceramento, geram lucro. Estamos debatendo um discurso de lucro. Mais uma vez, mais uma vez, o nosso povo está sendo uma moeda para se lucrar! (*Palmas.*)

Já tratamos das questões teóricas que sempre são reclamadas de nós nesses espaços e, por isso, chamam os especialistas crenadinhos das universidades de um monte de coisas — que não é o caso do meu companheiro da Mesa, que é um grande, valoroso e combativo companheiro.

Mas nós queremos falar por nós próprios, queremos dizer o que nós queremos dizer e estamos produzindo sobre nós próprios. A RONDESP é uma polícia tão cruel e sanguinária quanto o BOPE e a Ronda Especial Tobias de Aguiar. Uma polícia militarizada, uma polícia que invade os territórios e que tem como inimigo o seu próprio povo não pode ser considerada uma polícia responsiva. Nós



não estamos aqui dizendo que não deva haver polícia — também não nos perguntem o que queremos —, mas nós não queremos uma polícia que mata pessoas como se fossem insetos. Por isso, nós não trabalhamos com esse debate de extermínio da juventude negra.

Nós estamos diante de números (*falha na gravação*) mas não é genocídio, porque nós somos um País uno, indivisível. Minha gente, um País uno, indivisível, cuja maioria que mora aqui não pode ser Parlamentar; um País uno, indivisível, cuja maioria está fora das instituições de poder; um País uno, indivisível, no qual a maioria morre, e ninguém diz nada? Não! Nós somos um povo dentro do território (*ininteligível*) são um povo, e nós estamos sendo vítimas de um processo de genocídio.

Essa polícia assassina pegou esse garoto Giovani em agosto ou em setembro. Aqui tem tudo gravado: materialidade. Essa polícia, RONDESP, que nós denunciemos ali mesmo, na Bahia, ela levou esse jovem. Pasmem! Para mim, isso é um insulto aos policiais Deputados, aos Deputados não policiais, às instituições, à sociedade brasileira. É um insulto que uma guarnição policial pegue uma pessoa, aborde uma pessoa, leve-a para o quartel, retire dela os testículos, a tatuagem, corte os dedos e arranque a cabeça. Quem está falando isso não é a *Reaja*, é o Ministério Público, que indiciou 11 policiais por essa prática.

Esses mesmos policiais, no dia 6 de fevereiro, entraram na Vila Moisés, no Cabula, depois de peregrinarem por toda a região do Cabula, pegaram jovens, colocaram nas disposições que nós não sabemos, porque até agora o Governador não autorizou a saída dos laudos necroscópicos e de todos os laudos técnicos. Mas os laudos vazaram para repórteres e jornalistas. Mas nós, numa exigência, sentados à mesa do Governador, que aplaudiu essa ação, não recebemos esses laudos. Essas pessoas foram executadas. E, como sempre, a justificativa, como diz o meu companheiro de mesa, é que participavam do tráfico de drogas. O Governo não tem atuado para debelar os grupos de extermínios, os grupos paramilitares. Mas tudo é o tráfico de drogas.

A Polícia Militar do Estado da Bahia, essa que matou as pessoas da Vila Moisés e as pessoas de Cosme de Farias — domingo, inclusive — nasceu em 1825, para combater um quilombo, Quilombo do Orobu, chefiado por uma mulher. Essa



mulher, quando fugiu daquela operação policial, que poderia muito bem ser da RONDESP, subiu a ladeira do Cabula. Parece que o Governo do Estado da Bahia, a Polícia Militar, que precisa não ser desmilitarizada, mas acabar... Nós precisamos é desmilitarizar o espaço urbano, porque, ao fim e ao cabo, são policiais e pessoas comuns que morrem. Mas todos são negros. Com os oficiais brancos, nada acontece com eles, nada!

Nós, da campanha *Reaja*, viemos aqui, estamos rodando em todos os lugares, para que esta CPI se debruce sobre a segurança pública do Estado da Bahia. Em primeiro caso, um recado que nós estamos mandando para o Governador é que mude a sua política de segurança, porque uma política de segurança que nomeia operações policiais, como o Saneamento I, o Saneamento II, é lombrosiana. Uma política de segurança que o Secretário de Segurança diz que foi razoável a Operação do Cabula, nomeou outra operação, como a Operação Quilombo, é uma política de segurança racista.

O que nós estamos debatendo aqui não surge do acaso. O que nós estamos debatendo aqui surge de escolhas políticas. Infelizmente, a escolha política feita na Bahia, assim como a escolha política de se colocar o Exército para ocupar uma comunidade dizendo que isso é fazer segurança pública cidadã, essas escolhas são escolhas que nós devemos repudiar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós que agradecemos a presença do Hamilton Borges, do movimento *Reaja*.

Nós temos aqui cinco familiares do movimento. Então, a ideia é abrir a palavra por no máximo 5 minutos. Então, quero pedir ao Plenário da nossa Comissão para suspender para ouvir os familiares. Retomaremos imediatamente a nossa audiência.

Com a palavra Edcarla Pinheiro dos Santos Lima.

**A SRA. EDCARLA PINHEIRO DOS SANTOS LIMA** - Sou mãe de Alexandre, mas não estou aqui para falar só de Alexandre, mas de todos eles que moram, que não são filhos nem de promotor, nem de juiz, mas sim de uma negra que mora numa periferia, pobre, que também é cidadã brasileira e tem direito de ser respeitada. Foi errado, tem direito de ser julgado e condenado; se não foi, tem direito de ser preso e



detido para averiguação, não de ser espancado e morto igual a um animal.  
(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Edcarla.

Tem a palavra Maria das Dores Chaves de Oliveira.

**A SRA. MARIA DAS DORES CHAVES OLIVEIRA** - Eu estou aqui há 3 anos lutando não só por mim também, mas por muitas mães, porque foi na greve dos que se dizem policiais, em 2012, que, para pressionar o Governo, saíram matando muita gente inocente... Para dizer que era por causa da greve da polícia, então, a criminalidade tinha aumentado, só que a própria polícia aumentou a criminalidade.

Sempre dizem que estão sendo mortos jovens negros por causa do tráfico. Não é só por causa do tráfico: o meu filho não era traficante; o menino de Nordeste de Amaralina, que morreu dentro do quarto arrumando a cama, não era traficante, dizem que foi uma bala perdida; o da Boca da Mata, um menino deficiente, foi morto pelas costas, e a mãe ainda pedindo: "*O meu filho não é vagabundo!*" Eles atiraram e depois, com cara de pau, foram pedir desculpas à mãe.

Então, são muitos jovens negros, pobres, sendo mortos, independentemente de tráfico ou não. Se ela entra em algum bairro, a polícia, principalmente a RONDESP — bairro pobre, porque em Pituba não vai entrar, em Caminho das Águas não vai entrar — já entra atirando. Onde eu moro, ela entrou atirando, nem olhou para onde. Foi passando e atirando. Tinha um morador na porta, sentado — não foi agora —, que morreu na hora, porque a bala... Ela foi atirando e passando, deu meia-volta, foi embora, nem percebeu que tinha matado uma pessoa, porque já chega atirando. Eu não sei se eles entram com medo, não sei se entram... Eu não quero usar outras palavras, para não ser até ofensa.

Mas eu sei assim: meu filho, aonde eu vou, carrego a carteira dele, a profissional. Meu filho ia chegando do trabalho, ele era manobrista, e foi morto — chegando do trabalho —, sem chance de defesa, pelas costas. Eles pediram para fazer fila, todo mundo pensou que fosse ser revistado e mandado embora, e o primeiro tiro meu filho recebeu na nuca. Quer dizer, ela ainda mata as pessoas covardemente pelas costas, sem chance de defesa. Não é essa a polícia que nós queremos. A polícia é para defender. Então, uma polícia que mata — e muitos foram



matando e roubando —, uma polícia que mata e rouba, para mim, não é polícia, para mim, é bandido fardado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Maria das Dores Chaves Oliveira.

Concedo a palavra a Ediele Santana dos Santos.

**A SRA. EDIELE SANTANA DOS SANTOS** - Boa tarde. Eu sou esposa de uma das vítimas do Cabula que morreu cruelmente, executado, como todos foram executados pelas costas. Quase todos estavam com tiro na nuca, na cabeça.

Então, eu acho que a RONDESP age de uma maneira terrível nos bairros onde a gente mora, xingando mãe de família... Quem tem filhos, as crianças não podem ficar no meio da rua, porque eles chegam dando tiro, eles abordam as pessoas xingando, esculhambando. Se alguém bota a cara na porta para olhar, eles mandam "*Entra para dentro de casa!*", xingando da maneira que querem xingar. Então, porque a gente mora numa periferia, num bairro pobre, eles chegam autuando. Porque se eles chegam num bairro de gente que tem condições, não agem assim, eles pegam, revistam, levam para dentro de casa. Levam até para dentro de casa se for possível. Então, não é uma polícia dessas que a gente quer num bairro.

No caso da Vila Moisés, foram várias pessoas menores, de 17, 15, 18 anos. Eles pegaram e fizeram uma barbaridade dessas com vários jovens que eles deveriam ter abordado, levado para averiguação, e não fazer um tipo de desastre desses que eles fizeram. O Governador disse que não queria ver as famílias dos policiais dele chorarem, aplaudiu os policiais. Então, é a gente, que é familiar dos jovens, que tem que chorar, que tem que sofrer? Não! Se ele não quer que as famílias dos policiais dele sofram, a gente também não tem esse direito de sofrer.

É só isso que quero falar. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Ediele Santana dos Santos.

Com a palavra Antonio Carlos Bordens de Carvalho.

**O SR. ANTONIO CARLOS BORDENS DE CARVALHO** - Boa tarde, senhoras e senhores.



Eu queria começar lamentando por ter só 5 minutos para falar, porque realmente é muito complicado viver a realidade que a gente vive e ter só 5 minutos. Mas vou tentar ser o mais breve e o mais objetivo possível no que eu tenho para dizer aqui aos senhores.

Primeiro eu gostaria de fazer uma pergunta muito clara, muito objetiva, e espero que ela tenha o mínimo de condição de fazer com que os senhores reflitam sobre ela. Eu gostaria de perguntar aos excelentíssimos senhores, lógico, com todo o respeito, se, caso os senhores tivessem um filho de 15 anos que nunca tivesse perdido 1 ano de escola, como deve ser, que fizesse algum esporte, como o meu filho fazia — ele era judoca desde os 8 anos de idade —, ele fosse assassinado, encontrado dentro de um buraco de cabeça para baixo, tendo as pernas cortadas, com um tiro de espingarda 12 na cabeça... Ele foi encontrado por mim. Eu e mais 25 pessoas tivemos que fazer as buscas, encontrar, reconhecer, para que algum tipo de polícia viesse a aparecer. Polícia essa, que, no momento em que apareceu, a única coisa que o delegado pôde me dizer, com todo o respeito e todo o carinho que ele teve por mim, pai, pelo avô e pelo tio, foi a seguinte: *“Seu filho foi executado”*. Eu olhei para ele, e ele disse: *“Você sabia que seu filho era envolvido, não é?”* Aí eu comecei a me transformar, porque, na realidade, eu já estava numa condição desumana. Eu comecei a me transformar. Fez ele alusão a um outro jovem negro, que foi assassinado e encontrado também pelos familiares em estado de decomposição 3 anos antes do assassinato do meu filho. Meu filho foi assassinado no dia 23 de junho. No próximo dia 23 de junho fará 2 anos.

O meu filho, aos 12 anos, estudava, nunca perdeu 1 ano de escola, era judoca desde os 7 anos de idade, já tinha 8 anos no judô, surfista, cursava um curso técnico de guia de turismo numa cidade vizinha chamada Ilhéus, que os senhores devem conhecer, morava na casa da minha tia, irmã do meu pai. Portanto, ele não estava desassistido. Eu sou socorrista há 4 anos, funcionário público concursado, de Itacaré. Esse fato foi em Itacaré, um paraíso para alguns que talvez tenham conhecido como paraíso, onde mais de 20 jovens negros já foram assassinados, esquartejados, desmembrados, como meu filho foi, e jogados numa vala, onde, quando são encontrados, são encontrados ou pelos urubus, quando não são



enterrados, ou pela família, quando tem alguém da família que, de fato, acompanha e busca ver o paradeiro de seus familiares.

É lamentável viver num Estado em que as esferas municipais não deram nenhuma resposta, as esferas estaduais até agora não deram nenhuma resposta. E eu estou aqui nesta Câmara acreditando no contrário do que algumas pessoas da minha família dizem. Elas dizem que eu sou maluco por acreditar que existe justiça neste País para preto, para filho de preto. Eu estou aqui acreditando que haja alguma justiça, porque o inquérito do meu filho foi concluído pelo delegado e está no Fórum de Itacaré. Coisa a que eu não pude ter acesso ainda! Eu, pai, não pude ter acesso ao inquérito. Então, assim, é claro que...

O pessoal falou do Cabula, enfim. O professor falou de alguns lugares aí. Eu não consigo entender como é que Hamilton Borges, um cidadão comum, como é que Andréia Beatriz — uma médica, tudo bem —, uma cidadã comum, consegue pegar uma família com 17 pessoas, dar cesta básica, colocar dentro de uma casa, ajudar com água, luz e tudo que uma família precisa, e o Estado, um Secretário de Estado dizer que se eu voltasse para Itacaré e fosse assassinado seria mais um número na mão dele.

Que país é este que a gente está vivendo, gente? Que país é este que a gente está vivendo? Quer dizer que os negros só servem para ser mais um número? Como é que uma criança... Por que 15 anos é o quê? É adulto? Uma criança que nunca perdeu um ano de escola, uma criança que é assistida pela família, uma criança que trabalha, porque o meu filho já era... Quando meu filho foi assassinado, ele tinha um trabalho fixo, na parte da manhã, como cabeleireiro, e estudava à tarde. O meu filho voltou para Itacaré, no final de semana, trabalhou sábado, trabalhou domingo e foi assassinado no domingo à tarde. Como é que a gente tem um delegado de polícia que a única coisa que sabe fazer é criminalizar as pessoas que são assassinadas, como é com todos os outros casos?

É por isso que eu não deixo de fazer esta pergunta aos senhores: como é que os senhores estariam se sentindo, caso isso tivesse acontecido com algum dos senhores? Certamente isso não acontece porque antes de eles mexerem em alguns dos senhores, pensam 200 vezes. E quero dizer aos senhores o seguinte: pensem e



tentem imaginar o que eu estou sentindo neste momento. Eu não consigo entender, porque não há resposta.

O Governador Jaques Wagner disse que faria uma investigação, investigação essa de que eu nunca tomei conhecimento. Agora, numa última reunião com o Governador Rui Costa, ele disse que faria uma investigação e nos daria alguma resposta, resposta essa que não tive até o momento. E quero dizer o seguinte: essa é a nossa realidade lá. Itacaré, que é o paraíso para alguns que já foram lá, que conhecem, uma cidade com 3 mil habitantes, num lugar que o meu filho foi assassinado, uma cidade que tem 26 mil habitantes em todo o território, que somam 742 mil quilômetros, mil metros quadrados, sei lá como é dimensão de Município, a sua sede tem 12 mil habitantes. Como é que um jovem que estuda, que trabalha é assassinado, passam-se 2 anos e nada é feito. A gente não está falando de Salvador, que tem 3 milhões de habitantes; a gente não está falando do Rio de Janeiro, que tem não sei quantos milhões de habitantes; a gente não está falando de São Paulo. A gente está falando de um lugar pequeno, e não há nenhuma vontade política, não há nenhuma vontade policial para que alguma coisa seja feita.

Eu queria agradecer, de forma clara: Sr. Hamilton Borges, muito obrigado pelo senhor existir; Sra. Andrea, muito obrigado pela senhora existir. Eu tenho certeza de que se não fossem os senhores eu não estaria aqui tendo a minha voz. O senhor não calou a minha voz, o senhor fez diferente do que muita gente faz, que quer tomar a nossa voz para si e ganhar com ela. Eu quero dizer aqui: muito obrigado por me dar a oportunidade de ter a minha voz. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Queremos agradecer a presença aqui na Comissão, de mães, pais e também esposas, de Edcarla, Maria das Dores, Ediele de Santana e Antonio Carlos.

No caso de Itacaré, eu quero dizer que, de ofício, da Presidência, nós vamos solicitar ao Fórum o processo e todas as informações imediatamente, nós vamos pedir a Robson para encaminhar, e abrir uma diligência. É estarrecedor porque, de acordo com o depoimento, Antonio Carlos, foram mais de 20 crianças, num Município de 26 mil habitantes, desaparecidas.

Então, nós vamos imediatamente, não é... Podemos também depois, o Presidente, se os Deputados da Bahia acharem importante, designar para fazer uma



diligência no Fórum de Itacaré — nós temos três Deputados, Beбето, Davidson Magalhães e Bacelar. Vou pedir requerimento de informação ao Secretário Estadual, ao Fórum de Itacaré, e também comunicar que os senhores estão designados, em nome da CPI, para ir lá fazer as diligências necessárias. Vamos fazer esse encaminhamento.

Passo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Davidson Magalhães.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, familiares, Sr. Hamilton, do movimento *Reaja*, Prof. Fábio, efetivamente é um caso extremamente grave. Desde que foi instalada esta Comissão Parlamentar de Inquérito, foi uma sinalização para a sociedade de que nós não estamos aqui para sermos complacentes com este genocídio que está acontecendo no nosso País. Eu até escrevi um artigo. Na verdade é uma pandemia que está acontecendo no nosso País, numa demonstração clara, os dados são precisos, a redução do...

Nós somos aqui intolerantes a qualquer tipo de violência, a qualquer tipo de assassinato, mas existe uma demarcação clara: desde o século XVI até o final do século XIX foram quase 3 séculos de sociedade escravista, cujo principal fundamento é buscar a produção do trabalho através do método coercitivo. A coerção é inerente à relação do trabalho escravo, diferentemente de outras compensações de trabalho, do trabalho assalariado, do trabalho de meia, do trabalho da servidão. Todos implicam exploração, mas esse tem uma marca da coerção fundamental para a produtividade do trabalho, mesmo que destrua o trabalho, no caso, coincidentemente, o próprio trabalhador, que são os negros e as negras no Brasil.

Portanto, essa é uma marca indelével da nossa sociedade. Existe uma marca racista na nossa sociedade. O pior tipo de racismo é aquele racismo que está internado, dentro da máquina e do aparelho do Estado brasileiro. Nós precisamos combater isso de maneira veemente. O último mapa da violência deixa claro que a redução da violência ocorre no Brasil nas populações que não são jovens, na população jovem cresce, e quem cresce na população jovem são os jovens negros e pobres. Portanto, é uma marca de classe com a marca racial. Isso é fundamental.



No dia 11 esta CPI vai estar na Bahia. É importante inclusive que nós tenhamos uma reunião amanhã para discutir o roteiro dela na Bahia. É fundamental, se os movimentos estiverem aqui, juntos combinarmos esse roteiro que nós vamos seguir da visita da CPI à Bahia, que é fundamental, porque é uma discussão que independe de partido político, se é Governo ou não. Isso perpassa, essa é uma visão muito mais de longo prazo, muito mais estratégica do que conjuntural, que nós precisamos enfrentar com a visão de fundo da sociedade que nós queremos e por que lutamos.

Essa demonstração, esta cartilha, esse cidadão precisa ser convocado aqui. Eu não imaginava nunca que até Jesus Cristo correspondesse a uma representação criminosa. Está aqui, Jesus Cristo. Esta tatuagem como símbolo criminal foi primeiramente usada pelos criminosos russos e é usada no Brasil por um grande número de envolvidos com a prática de crimes, que podem ser identificados como praticantes de homicídio ou mesmo de latrocínio. É de uma irracionalidade! Nossa Senhora Aparecida! Eu estava conversando aqui com o Deputado e disse a ele para tomar cuidado, porque tem uma tatuagem e de repente pode ser identificado. Vê se esta tatuagem que está aqui. É tatuagem de criança!

Portanto, essa é uma demonstração clara de que está sendo estereotipado o jovem, estão sendo estereotipadas certas demonstrações, inclusive artísticas e culturais da nossa juventude. Rebeldia é normal da nossa própria juventude. Nesse sentido, eu me associo àqueles que não só ficam indignados com esse tipo de política financiada até com recursos públicos. Isso não pode ser um pacto pela vida, de jeito nenhum. Isso não pode ser caracterizado como um pacto pela vida. E, pelo resultado que nós estamos vendo, isso não é um pacto pela vida.

No primeiro debate, na exposição que nós tivemos sobre o mapa da violência ficou muito claro um dos problemas que está institucionalizado no Brasil: a tolerância à violência contra os jovens negros. Eu acho que nós precisamos fazer uma ação política muito grande. Essa observação que foi colocada aqui eu vi especialmente na minha cidade, Itabuna, uma das mais violentas do Estado, no interior. E nós vimos lá que morrem jovens negros e pobres e que a sociedade não se indigna mais com isso. Aliás, todos são taxados de envolvidos com o tráfico. Todos são taxados de envolvidos com o tráfico!



Morreu recentemente, e nós também temos que denotar nosso protesto, um jovem de classe média no centro da cidade. A cidade parou! Ou seja, essa é uma visão clara de que a morte e a intolerância em relação a jovens também tem cor. E nós precisamos enfrentar de maneira decisiva essa questão dentro da nossa sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, eu me solidarizo com as famílias. Nós vamos estar presentes com a CPI no Estado da Bahia para inclusive ouvirmos o Secretário de Segurança, que eu acho que precisa dar uma explicação sobre essa política. Vamos ouvir os representantes do Governo e da sociedade civil. É importante inclusive que nós visitemos esses lugares, porque às vezes eles são tomados pelo medo. É importante os Parlamentares irem perto perceber, observar essa situação, inclusive para separar os maus policiais dos que cumprem sua responsabilidade. Nós sabemos também, e foi muito interessante Hamilton falar, que também os policiais, os praças, que morrem são aqueles que estão no enfrentamento do dia a dia. São eles que moram nos bairros periféricos, portanto, vítimas da mesma violência, porque não têm preparo, não têm estrutura, não têm condições para exercer dignamente sua profissão.

Portanto, nós estamos associados. E espero que na oportunidade — vamos estar na Bahia, no dia 11 — consigamos tirar, colher informações para um relatório preciso e que contribuamos para o enfrentamento da violência na Bahia.

Sr. Presidente, como nós vamos estar em Itabuna no dia 11 à noite, esta CPI pode convocar a autoridade de Itacaré para fazer o depoimento em Itabuna — fazer o depoimento em Itabuna! —, quando nós formos fazer a audiência da CPI, na segunda-feira, à noite.

Presidente, eu sou Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da PETROBRAS. Nós temos audiência agora com o Presidente da PETROBRAS, mas me associo às decisões que esta Comissão vai tomar em relação a essas questões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Davidson Magalhães.

Eu acho que o encaminhamento da pauta está sob a responsabilidade dos senhores que estão coordenando o Estado. Eu falei aqui do caso de Itacaré, de



Ilhéus. Mas também para Cabula nós já abrimos diligência, informações, e vamos visitar a comunidade. Tem também Cosme de Farias, um bairro de Salvador, e a greve dos policiais. Então, vou solicitar informação a partir do depoimento dos quatro familiares que estiveram aqui presentes hoje.

Passo a palavra ao Deputado Jean Wyllys, autor também de requerimento.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero agradecer à Mesa e parabenizá-la, inclusive as sugestões para trazer Fábio Nogueira e Hamilton Borges, que foram minhas. Era importante que esta CPI ouvisse o que essas duas pessoas tinham a dizer.

Eu me espanto com o espanto dos Deputados em relação a essa cartilha acerca das tatuagens, porque nesta Casa, usando outros termos, Deputados ocupam a tribuna e os microfones para dizer coisas bem piores. Um dos Deputados que chegou aqui com muitos votos, mais de 400 mil, disse, durante sua campanha no Rio de Janeiro, que o Maranhão só tinha uma coisa boa, o Presídio de Pedrinhas, porque lá ocorreu uma rebelião na qual morreram quatro pessoas, degoladas, cujas cabeças foram expostas nas redes sociais.

A caminho desta CPI eu fui abordado por uma garota negra recolhendo assinaturas para uma PEC que sugere que o auxílio-reclusão, de pessoas encarceradas, seja dividido com as famílias lesadas pelo crime. Isso é um desserviço, porque a pessoa não conhece sequer a natureza do auxílio-reclusão; isso é jogar com o senso comum, é jogar com o preconceito das pessoas em relação à população carcerária, é a falta de conhecimento em relação ao Estado Democrático de Direito, ao tempo das garantias jurídicas.

Esta Casa está infestada desse tipo de discurso. As pessoas se sentam e trocam tapas nas costas com pessoas que defendem que bandido bom é bandido morto. Mas, é claro, quando uma pessoa diz que bandido bom é bandido morto, não está falando dos crimes de colarinho branco, dos corruptos, dos políticos, cujo helicóptero foi pego com meia tonelada de cocaína. Quando fala em bandido bom é bandido morto, está falando do bandido pobre, do bandido negro, de preferência, morador da periferia, está aludindo ao imaginário popular de que o bandido que merece morrer, ainda que o Brasil não tenha pena de morte, é o bandido negro e pobre.



A fala de D. Maria das Dores, essa imagem dela levantando a Carteira de Trabalho do filho me remeteu imediatamente a um documentário que nós fizemos na Faculdade Jorge Amado, assim chamada a hoje UNIJORGE, quando eu coordenava o Núcleo de Mídia e Cidadania, que fazia um trabalho, em parceria com o Tribunal de Justiça da Bahia e com a Faculdade de Direito da UNIJORGE, chamado Balcão de Justiça e Cidadania. Nós implantávamos balcões de mediação de conflitos nas periferias de Salvador e documentávamos. Na ocasião percebemos que a primeira demanda do Balcão de Justiça e Cidadania era a de mães cujos filhos morreram por conta da ação policial nas periferias. Fizemos um documentário com o título *Luto: falam as mães dos que tombaram* no início dos anos 2000. Em meio a um depoimento, uma mãe levanta justamente a Carteira de Trabalho de seu filho, o mesmo gesto que D. Maria das Dores fez, dizendo: *“Meu filho era um trabalhador. Para onde vou, eu carrego o documento do meu filho”*. São imagens que se repetem.

Nos anos 90 nós tivemos as grandes chacinas no Rio de Janeiro: a Chacina da Candelária, a Chacina de Vigário Geral. Depois, em 1992 nós tivemos o Massacre do Carandiru. Naquele momento a comunidade internacional atentou para o fato de que no Brasil se praticavam execuções extrajudiciais no vácuo da legalidade, extermínio de pessoas no vácuo da legalidade. Já naquele momento o Brasil foi sentenciado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos por causa das execuções extrajudiciais praticadas por grupos de extermínios e milícias. Ou seja, isso não é uma novidade.

Não estamos tratando aqui de uma novidade. Esse é um problema sistêmico. Estamos sempre buscando soluções biográficas para questões sistêmicas, em que pese minha solidariedade às mães das vítimas do Cabula e de Itacaré. Eu sou solidário a elas. Eu não tenho ideia do que seja sua dor porque não sou pai ainda, mas eu venho de uma periferia do interior da Bahia, a Baixa da Candeia, onde há 2 anos, em frente à casa onde minha mãe morava e hoje moram minhas tias, ocorreu uma chacina em que morreram quatro pessoas, vítimas de grupos de extermínio. Isso, há 2 anos!

Eu entendo essa dor, mas temos que entender que essa é uma questão sistêmica. Não adianta evocarmos questões biográficas, casos isolados. Temos os



casos de Vigário Geral, da Candelária, do Carandiru, das Mães de Acari, de Taguatinga, do Pará, e agora do Cabula. Nós temos que enfrentar essa questão sistêmica, porque seja para defender endurecimento com mais polícias, seja para defender endurecimento das penas no sistema penal, evocamos os casos biográficos, as questões biográficas, o caso do Champinha, que matou dois adolescentes. Seja para reclamar da violência policial, seja para reclamar das execuções extrajudiciais, evocamos os casos biográficos.

Podemos até dar solução para o caso desse pai que chorou diante de nós ou podemos não dar. O que não podemos permitir é que outros como ele surjam. A solução não tem que ser só para o caso dele, ela tem que enfrentar mesmo essa problemática do extermínio da juventude negra. Vamos ter que encarar essa questão de modo sistêmico, aí evocando sim a herança da escravidão, o racismo insidioso, institucional, que permanece entre nós nas relações. Temos que recorrer ao nosso passado recente, temos que entrar nas questões eleitorais do sistema eleitoral, da representação, porque ainda que Hamilton diga, e eu o entendo, *“Queremos falar por nós mesmos”*, se não tiver representação aqui dentro, não adianta falar por você mesmo, se não tiver quem lhe represente aqui, se não tiver voz, se não fizer parte de um sistema, se não houver um sistema eleitoral que amplie sua participação e a sua representação nesta Casa e a representação da comunidade negra brasileira, da homossexual, das mulheres, dos indígenas. Essa é a verdade!

Nós temos que encarar essas pesquisas, como essa que resultou... Não que tatuagens dentro do sistema prisional não possam corresponder a um código interno, mas, por conta disso, vão se estigmatizar todas as tatuagens, estereotipar todas elas e permitir que pessoas que não estão inseridas numa economia prisional, economia política das prisões, sejam interpeladas pelas polícias e mortas por causa dessas tatuagens? É isso! Nós temos que interrogar e inclusive desmascarar essas falsas pesquisas, interpelar a comunidade acadêmica que autoriza uma pesquisa desse tipo, que não questiona, que não submete. Porque as falsas pesquisas, os falsos Ph.Ds. também são trazidos aqui para justificar a violência simbólica e real contra os homossexuais, para defender a cura gay.



Então, o enfrentamento é mesmo mais complexo, mais sistêmico. Esta Casa tem tarefas que não é só investigar, através desta CPI, as mortes, mas articular o resultado desta CPI com outras questões que estamos travando aqui: o debate da reforma política é necessário que entre; a questão orçamentária, o debate em torno do orçamento, ou seja, quanto de recursos vamos usar em políticas públicas que empoderem a juventude negra, que deem a ela acesso à educação de qualidade, a equipamentos de cultura, que promovam uma cultura da vida, a vida com pensamento.

Também me preocupa muito, Hamilton, de verdade, um sentimento generalizado nas próprias classes vitimadas por esta política de segurança, que é a política de extermínio e de encarceramento. Preocupa-me muito a mentalidade nessa classe que é vitimada defendendo essas políticas. A gente vê que a redução da maioria penal é defendida por classes que vão ser prejudicadas com a redução da maioria penal. Preocupa-me muito, por exemplo, o compartilhamento, através das redes sociais, de execuções e violências praticadas por quadrilhas de traficantes e de ladrões da periferia. A crueldade está ali presente. A gente não pode se esquecer do caso daquelas meninas que foram degoladas em Salvador e cujas cabeças foram jogadas no Largo dos Dois Leões, parece. E elas foram degoladas por suspeita de envolvimento com a polícia, por ter relações afetivas com policiais.

Essas quadrilhas de traficantes e de ladrões também agem com crueldade. Nós temos a juventude negra, ou a população negra, pobre, vitimada, seja pela presença do Estado, quando a polícia se faz presente com sua ação, seja pela ausência do Estado, quando ele se faz ausente, não dá equipamento de acesso à cultura, à educação de qualidade, à saúde, infraestrutura urbana. O Estado se faz ausente! Ele também colabora para o extermínio da juventude negra ou para o genocídio, como você quer dizer. Então é na presença e na ausência. Porque com a ausência do Estado vêm esse tipo de comportamento, de crueldade, de desvalorização da vida, esses códigos de conduta que também são cruéis, esses embriões de Estado que representam o tráfico de drogas e as milícias, por exemplo, as quadrilhas de traficantes e as milícias, que também submetem essas populações ao terror. A gente tem que pensar nessas questões todas.



Aí eu quero lhe dizer, Fábio, que nós temos um projeto de lei aqui de minha autoria que legaliza e regulamenta toda a cadeia produtiva da maconha. Escolhemos a cadeia produtiva da maconha porque, segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, a droga ilícita mais consumida no mundo é a maconha. Então, a guerra às drogas é uma guerra à maconha. E a política para lidar com as drogas, com a drogadição e o consumo de maconha no Brasil é uma guerra. Mas essa guerra não está distribuída igualmente no território e não vitima todo mundo igualmente. Quer dizer, a ilegalidade das drogas se desdobra numa série de outros crimes: corrupção policial, participação indireta do Estado no tráfico de drogas, encarceramento. Já somos a terceira ou quarta população carcerária. Era quarta até pouco tempo e agora já é a terceira população carcerária. Temos 50 mil homicídios por ano, sendo que mais de 60% correspondem a essa guerra às drogas. Vemos o perfil das pessoas que estão morrendo segundo essa guerra.

Há um projeto de lei aqui que legaliza e regulamenta toda a cadeia produtiva para a gente impedir isso. Nós temos que pensar uma nova política de drogas, que não pode ser ampliação de pena, endurecimento e ampliação do efetivo policial. Temos que pensar também, claro, no policial, no despreparo desse policial. Parece-me que um dos caras que foi colocado na operação no Alemão estava há 6 meses na corporação. Que irresponsabilidade é essa que pega um policial que está há 6 meses na corporação e o coloca numa zona de conflito? Essas pessoas também têm medos, inseguranças, também estão impregnadas de um imaginário que identifica pobreza, negritude e criminalidade. A gente tem que incidir.

Nós temos que trazer a esta CPI, eu já disse uma vez e vou dizer de novo, os meios de comunicação, os representantes de concessões públicas de comunicação, que têm programas sensacionalistas que fazem essa associação num país onde 71% da população nunca leu um livro na vida. Ela se informa pela televisão. Essas pessoas têm responsabilidade com o tipo de representação que estão fazendo. Essas questões todas têm que ser enfrentadas.

Nesse sentido, volto a dizer: não adianta a gente avocar soluções biográficas para questões sistêmicas. Podemos e devemos investir nos casos específicos trazidos aqui. Mas a CPI é um momento de enfrentar as questões sistêmicas fundamentais neste País que envolvam políticas públicas que garantam direitos



sociais e, ao mesmo tempo, enfrentamento desse imaginário que torna as pessoas indiferentes não só à morte de uma pessoa negra, mas à presença de uma criança de 10 anos, negra e pobre, vendendo nas ruas, tratando como absolutamente natural, como se fosse o destino dela.

É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado.

Eu passo a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Sr. Presidente, a pior coisa que existe, uma injustiça, é acusar alguém e não dar a esse alguém a chance de defesa, é ouvir um lado e não ouvir o outro. Essa é a pior injustiça que existe. O que eu ouvi aqui foram acusações das mais diversas, e o outro lado não estava aqui para se defender. Eu digo isso como pessoa que já foi acusada várias vezes, inclusive pela imprensa, e depois ficou provado que tudo aquilo que foi falado era inverdade. Não tinham provas, não tinham fundamento nenhum. Sabe qual foi o meu consolo? Só sabia que eu era inocente porque não saiu uma linha em lugar nenhum. Se saiu, foi no rodapé da página. Disso eu tenho certeza absoluta.

Bom, mas a pior coisa que existe, Sr. Presidente, é ouvir. A CPI tem que ser justa. Se nós queremos buscar as causas e resolver o problema, temos que ser justos e não só ouvir um lado. Um lado só não é certo. E quem vos fala é filho de um negro. Aqui está falando o filho de um negro, que andou com o pé no chão, descalço, calção rasgado. Eu me virei e cheguei aonde cheguei. E não foi fácil não, foi duro. Se eu for contar minha história aqui, todo mundo vai chorar também, com certeza. Com nefrite, etc., aos 13 anos quase morri, e por aí vai.

Mas é o seguinte: eu quero ser uma pessoa neutra, não ir por emoções. Eu não trabalho com emoções. Eu já vi muita emoção e dentro dessa emoção muita falsidade. Não estou dizendo que é o caso aqui. Estou dizendo o que vi. Então, é sempre bom escutar os dois lados, não um lado só, porque seria até injusto.

Bom, vamos votar agora...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Delegado Edson Moreira, é o seguinte...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Feita a exposição, o introito...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim, mas é o seguinte...  
Mas só para...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Feito o introito. Não tem jeito, Sr. Presidente. Só foi ouvido um lado mesmo.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA** - Não, só pelo seguinte: o protesto está registrado. Mas, é o seguinte...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Eu fiz o prólogo, agora eu vou entrar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Delegado Edson Moreira, nós estamos aprovando e convidando, inclusive vamos convidar representante da RONDESP aqui para falar. Agora, esta audiência tem uma sequência e nós recebemos com muito carinho...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - É só assegurar aqui o Ministro da Defesa, que ele era o Governador da época.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - ... e solidariedade as vítimas.

Então, com a palavra o Deputado Delegado...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - O Governador na época, pelo que estou vendo aqui, era Jaques Wagner. Então, é o Ministro da Defesa. Foi isso que ouvi. É lógico que nós temos que ouvi-lo, com certeza. Todos nós temos que ter. Inclusive, a responsabilidade nossa é maior ainda. Muito maior do que todos que aqui vêm e falam, porque a gente vai produzir um relatório final.

O art. 5º, inciso LVII, da Constituição, diz que ninguém será considerado culpado até que se finde o devido processo legal. Acusaram, culpam muita gente aqui, mas ninguém mostrou um processo legal, nem um liame de prova que pudesse constatar o que foi dito aqui por enquanto!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, Delegado. A CPI é para apurar e investigar. Temos que ouvir também as vítimas!

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Posso continuar?  
Concordo plenamente com V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu recebo a sua manifestação, mas, de fato...



**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Tem que ouvir os lados. É isso que tem que ser feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com certeza. Nós fazemos questão de ouvir os lados. O Secretário de Segurança do Estado da Bahia, que é do meu partido, será convocado para depor aqui. Eu quero ser o autor da convocação do Secretário.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Estão falando que o Juiz está se negando! Sr. Presidente, eu duvido que alguém esconda uma coisa pública. O processo é público. É só fazer a petição. Estou me fundamentando na Constituição. O art. 5º, inciso XXIV, diz que todos têm direito de peticionar aos poderes públicos. Peticionar! Vi um artigo nesta semana em que o preso peticionou *habeas corpus* em papel higiênico, está no arquivo do STJ, e foi aceito pelo Tribunal. Por quê? Porque pode ser por qualquer meio. Se peticionar, tenho certeza de que o processo vem. Tenho certeza! Ninguém pode recusar. Quem recusar está cometendo crime. No Código Penal isso é claro.

Com o advento da Lei nº 11.343, de 2006, a nova Lei de Drogas, o art. 28 descriminalizou praticamente o uso de drogas. A partir dos idos de 2006 houve explosão do consumo. Onde eles vão buscar as drogas, na sua maioria? Na periferia. Na maioria das vezes, é lá que estão escondidas as drogas.

A única vez que eu estive no Rio de Janeiro foi para pegar uns criminosos lá e saiu tiro demais da conta, deles contra nós. O que eu vejo lá é tiro de traçante, de arma de guerra. É um tiroteio danado. O confronto é inevitável. Tenho certeza de que ninguém sai de casa para matar os outros na rua. O cara sai de casa para trabalhar, para defender a sociedade. O que se pode fazer num confronto? Eu trabalhei na ROTA por 3 anos. Eu nunca saí de casa para matar alguém. Acusaram aqui que ela é assassina. Não é assassina. A ROTA só se defende. Quando ela vai a uma ocorrência, vai para as ruas mais pesadas que há no Estado de São Paulo. Há ladrão, assaltante. É tiroteio pesado mesmo! Quando você chega, já recebe tiro. O senhor conhece lá! A gente vai ficar parado e receber os tiros zunindo no ouvido da gente? Vamos ficar ouvindo o zum, como se fosse um besouro. Não tem jeito! Tem que se defender.



Lombroso é um dos que estuda medicina legal. Ele é um dos que identificava o criminoso pelo seu crânio. Nunca ouvi falar que identificava pela cor, pelo tamanho do crânio sim. Pela teoria lombrosiana, o reconhecimento do criminoso é pelo crânio. Depois é que veio a Tese de Vucetich para identificação criminal. Então, é uma teoria bem antiga. Mas o Lombroso não fala em cor, fala em tamanho do crânio.

Sr. Presidente, eu fiz vários concursos com negros, muitos concursos na Polícia Militar e na Polícia Civil. E vi negros progredirem muito. Tive a felicidade e a alegria de ver um negro presidir o Supremo Tribunal Federal. E aqui há vários negros. É muito bom ver isto aqui, pois o intercâmbio é muito importante. Acho que cada um tem que buscar o seu espaço.

Sou a favor da maioria penal? Sou. Sou a favor de dar ao povo o direito de escolha como aconteceu no referendo de 2004, quando ele decidiu se as armas poderiam ser comercializadas ou não, em vez de isso ter sido imposto a ele. Acho que cada um tem que ter a sua responsabilidade.

Eu sou a favor da redução, com a avaliação psicológica. Na época do cometimento do crime, uma junta de avaliação psicológica deve identificar se aquele autor menor de idade tinha condições de entendimento do que estava fazendo. Isso seria feito através do Ministério Público, de psicólogos, da comunidade a que o menor pertencia.

Eu conheço bem a Bahia, onde estive algumas vezes. E sei que o Dr. Joselito foi um dos chefes da Polícia Civil da Bahia, que ele foi o primeiro chefe de Polícia do Governo Jaques Wagner. Disso eu tenho certeza. Nós fizemos um curso juntos na Academia de Polícia Civil do Distrito Federal. Ele é negro e um dos melhores policiais de homicídios que conheci.

Eu ouvi as acusações, mas não vi nenhum lastro de prova. Sr. Presidente, eu sou uma pessoa que sempre buscou as provas, eu sempre busquei acusar tendo a prova. E mesmo tendo a prova, eu fui injustiçado várias vezes. Por 2 anos, eu fiquei apanhando de toda a imprensa brasileira e mundial com relação ao caso Bruno. Foram 2 anos, Sr. Presidente! E no final do processo, ele falou assim: *“Não, eu mandei matar mesmo”*. E o outro falou que entregou. Mas, com relação às porradas que eu levei, a minha família é que ficou sofrendo. E ninguém falou nada.



Por isso, eu sou contra que se ouça um lado só e se acuse sem prova. E eu não apanhei só no caso Bruno, mas em outros mais. Estou citando o último caso.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que é preciso uma investigação com dados, com fundamentos, sem ilações. Para mim, extermínio é assassinato — e assassinato é crime. Por que as pessoas estão presas? Extermínio é uma palavra muito forte. Nós temos que ter responsabilidade quando formos acusar alguém. Por isso, eu tenho muita cautela, eu tenho o cuidado de apurar realmente a verdade.

Portanto, eu estou implorando a V.Exa. os dados, para que eu os pegue e, cientificamente, consiga provar o que aconteceu. “*Foi assim desse jeito*”. Devemos estudar o laudo de necropsia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós até já despachamos o requerimento de V.Exa. para todos os Secretários Estaduais de Segurança Pública.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Não, Sr. Presidente, eu estou explicando isso a V.Exa. porque trabalhar em cima de fatos e provas é muito melhor do que trabalhar em cima de palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k.

Vamos para o próximo orador, o Deputado Bacelar.

**O SR. DEPUTADO BACELAR** - Sr. Presidente, eu também vou me ater a essa questão. Mas quero pedir aos colegas que sejamos breves, porque a Ordem do Dia já foi iniciada.

Queria parabenizar o Prof. Fábio e o Hamilton Borges. Hoje foi um dos dias mais ricos desta Comissão, porque nós conseguimos juntar aqui o discurso de um membro da elite intelectual com o discurso de quem fala por si próprio.

E o que nós vimos aqui? O Prof. Fábio deu-nos a fundamentação teórica da construção dessa filtragem racial, porque as raízes dessa filtragem racial na seleção policial de suspeitos está na sua fala. Há neste País uma filtragem racial na hora em que a polícia vai selecionar os seus suspeitos. A prova maior disso está nessa cartilha que o Hamilton trouxe, que, além de ser uma filtragem racial, cria o estereótipo de quem é o criminoso.

Eu pensei e pensava, acho até que de uma maneira ingênua, que eles estavam apenas preocupados naquela aparência do garoto do *hip hop*, com aquele



tipo de bermuda, com aquele tipo de camisa, com aquele boné. Mas não, eles vão mais além: fazem uma cartilha dizendo o tipo de tatuagem, de que facção é o criminoso que usa aquela tatuagem e que tipo de crime ele comete.

Essa filtragem racial se dá nos autos de resistência. Eu disse aqui, outro dia, que nunca vi auto de resistência de jovem branco. Nunca! Na Bahia, eu nunca vi noticiar que a polícia matou um jovem branco ou que houve um auto de resistência contra um jovem branco. Aí eu dizia: “*Será que os negros são mais corajosos, será que são mais valentes?*” Não é possível que, com esse número de autos de resistência — e não quero que se mate jovem branco, não quero que se mate ninguém —, não se encontre um jovem branco, um rico sendo vítima de auto de resistência.

Na chacina do Cabula, houve 12 jovens mortos, mas nenhum policial com um tiro ou um raspão de bala. Eu nunca vi um confronto, Deputado Major Olímpio...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO BACELAR** - Não, no Cabula não.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO BACELAR** - Agora houve quatro mortos em Cosme de Farias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Major Olímpio, V.Exa. está inscrito para falar depois. Agora o Deputado Bacelar está com a palavra.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, olhe o tempo.

**O SR. DEPUTADO BACELAR** - E o que nós encontramos em Cosme de Farias?

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO BACELAR** - E o que nós encontramos em Cosme de Farias? Braço quebrado, maxilar quebrado, dentes quebrados — pelo menos é isso que a imprensa está noticiando. Que confronto foi esse? Uma denúncia anônima de que 12 sujeitos portavam armas de grosso calibre.

Então, os indicadores, os dados que têm sido trazidos a esta Comissão apontam para essa filtragem racial.

Eu fico também feliz quando ouço o cuidado que o Hamilton tem. Acho importantes os projetos de promoção da igualdade. Também quando o Prof. Fábio



disse “apesar”, nós até comentamos: “Não. Não é “apesar”. Eles não são suficientes, não bastam. Mas eles tiveram uma certa importância”.

Agora, uma coisa me causa medo. A partir dos anos iniciais do século XXI, começaram a criar as Secretarias de Promoção da Igualdade Racial em todos os âmbitos — Municípios, Estados e Governo Federal —, nos governos dos partidos das diversas orientações ideológicas. E eu tenho visto muito essas Secretarias de Promoção focando no bater do tambor e não pensando em transformar essa juventude em doutores, como dizia a Mãe Aninha, do Opô Afonjá.

Então, eu quero parabenizar os nossos convidados. Hoje é um dia rico para a Comissão. E espero a orientação dos senhores para saber como devemos nos comportar e conduzir a audiência pública n Bahia. Parabéns! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Bacelar.

Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA** - Sr. Presidente, eu considero que esta CPI, no dia de hoje, dá um passo adiante. Infelizmente o Deputado Delegado Edson Moreira não está presente aqui, porque a CPI já teve acesso a muitos números, muitos números, muitas estatísticas. E são todos dados assustadores. Eu não entendo a persistência do Delegado Edson Moreira em dizer: “*Cadê os números? Cadê os dados?*”

O mapa da violência que foi exposto, aqui para esta CPI, é um escândalo. É um escândalo! O número de mortes de jovens negros no Brasil é um escândalo. Eu queria que o Deputado estivesse presente para que eu pudesse reafirmar o número que foi visto por todos: no último período, diminuiu em mais de 30% a morte de brancos e cresceu em mais de 30% a morte de negros. Então, os números estão gritando. Só não ouve quem não quer.

E o dia de hoje, Sr. Presidente, eu considero que tem um significado próprio para esta CPI, porque nós saímos do mundo das estatísticas. Os depoimentos feitos pelas famílias que vieram até aqui demonstram que, além da gravidade que grita nas estatísticas, há tragédias que destroem a vida de famílias. E esta CPI tem que trabalhar nessa dimensão, porque os números são frios. Os gráficos que nós vimos aqui, nas apresentações dos especialistas, são frios. Basta olharmos os olhos de



cada um dos familiares aqui, ao recordarem do acontecido com cada um dos seus entes queridos, todos eles: os olhos encheram-se de lágrimas, Sr. Presidente, porque isso significou a destruição de famílias.

Eu considero que o nosso trabalho no dia de hoje deveria dar mais um passo, porque o que vimos até aqui, a meu juízo, já demonstra que há impunidade — e o caso de Itacaré reforça e ilustra isso.

Este é um problema importante que a CPI tem que denunciar: que há a cultura da violência. Já vimos isso em outros momentos. Isso tem importância. O Deputado Jean Wyllys falou dos meios de comunicação de massa, que é necessário combater a cultura da violência no Brasil, que acaba estimulando o processo de explosão de violência.

Já vimos, Deputada Rosângela Gomes, nos debates outros que fizemos aqui, que há uma tolerância institucional. E hoje, refletindo da última reunião para cá, Sra. Relatora, registro que deveríamos assinalar mais um passo no trabalho feito pela CPI. Esta é a minha conclusão pessoal.

No Brasil de hoje, a partir da ação do Estado, estabeleceu-se a permissão para assassinar jovens negros. Eu escreveria essa frase no nosso relatório final. E registro essa nossa reflexão para nossa Relatora, que tem acompanhado todos os debates com muita atenção. É preciso fazer o justo diagnóstico para podermos enfrentar com medidas duras essa tragédia, esse genocídio da juventude negra no Brasil. Isso é mais grave ainda do que falar do racismo, do preconceito, da discriminação. E se falarmos que há hoje um genocídio da juventude negra particularmente no Brasil, nós alertamos para a dimensão da gravidade do fenômeno que está em curso em nosso País.

Que bom que o Deputado Delegado Edson Moreira voltou e está aqui! O Deputado tem razão quando fala que a Constituição estabelece que ninguém é culpado até que se conclua o devido processo legal. O Deputado tem razão. Mas vamos ao caso do Cabula. No caso do Cabula, Deputado Delegado Edson Moreira, aqueles jovens foram acusados, aqueles jovens foram julgados, aqueles jovens foram declarados culpados e aqueles jovens foram executados sumariamente.  
*(Palmas.)*



Todos nós defendemos o Estado Democrático de Direito. E nós Deputados firmamos particularmente um compromisso quando, no dia da nossa posse, erguemos a mão e falamos: “*Eu juro*”. Nós juramos o quê? Juramos defender a Constituição do nosso País.

Um acontecimento como este do Cabula representa a violação do Estado Democrático de Direito. Isso nós não podemos tolerar nesta Comissão, nesta Casa — eu vou concluir, Sr. Presidente, porque sei que estou indo além do meu tempo —, independente de qual seja o governo que agiu. Não me interessa se o governo é do PT, do PSDB ou do PCdoB, que é meu partido, pois, independentemente do governo que agiu, nós temos que criticar, nós temos que combater, sob pena de, por omissão, sermos corresponsabilizados pelo genocídio que acontece no Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, eu considero que esta Comissão deu um passo. E não basta dizer, querido Deputado Delegado Edson Moreira, que qualquer um pode peticionar, sob pena de se incorrer em crime. É isto mesmo: peticiona-se, omite-se informação, pratica-se crime. Se o servidor público omite informação, isso é um crime.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - V.Exa. já julgou e condenou.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA** - Deputado Delegado Edson Moreira, eu ouvi V.Exa. pacientemente. Eu não concordei com nada do que V.Exa. falou. Eu tenho o direito de falar. Eu exijo respeito à minha fala.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA** - Portanto, Sr. Presidente, eu considero que é grave a omissão de informações, a omissão de dados. E acho que é certo a nossa Comissão requerer, encaminhar procedimentos, porque é legítimo cuidar da dor. Se isso ocorresse com uma família no Brasil, seria muito grave — uma família que fosse. Se fosse o caso de Itacaré, seria muito grave. O pior é que, suspeito eu, são muitos os casos como o de Itacaré.

Desculpe-me, Sr. Presidente, a minha exaltação. Eu sou baiano, assim como os três que estavam ali e o Deputado Jean Wyllys, que está aqui. Eu nasci num bairro — quem é de Salvador aqui — chamado Lobato, que fica na Avenida Suburbana, na Cidade Baixa. Eu vim de uma família do Recôncavo e vi aquele



bairro, que era uma coisa há 40 anos, virar outra coisa: uma grande favela. Perdi muitos amigos de infância e não consigo deixar de ficar indignado quando ouço relatos como estes.

Mas queria cumprimentar todos pela reunião de hoje e me solidarizar com os familiares que aqui estiveram. Tenham a convicção de que é possível, sim, reverter o quadro de violência. E esta CPI existe para colaborar com a reversão do quadro de violência. Isso é possível sim. E nós venceremos seguramente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Como estamos em processo de votação, nós podemos continuar, sendo que os Deputados vão votar e retornam à CPI ou, então, suspendemos a reunião por 10 minutos e voltamos. Eu prefiro ficar, sendo que os Deputados podem votar e retornar.

Deputado Orlando Silva, V.Exa., como Vice-Presidente, pode presidir os trabalhos, para que eu possa votar.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, nós podemos ir votar e retornar para falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim, com certeza.

Com a palavra o Deputado Beбето.

**O SR. DEPUTADO BEBETO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente fazer uma saudação ao Hamilton, Coordenador do movimento *Reaja*, e ao Prof. Fábio. Ambos tiveram a condição de nos apresentar o quadro teórico em que se insere o processo de racismo no Brasil, que é estruturador e hierarquizador de relações de poder.

Essas relações de poder estão objetivamente estabelecidas nessas condições apresentadas pelos convidados, que devemos levar em consideração para inclusive superar o lugar-comum dos debates que nós temos tido nesta Casa, que traz o entendimento de que a violência ou o genocídio praticado contra a juventude negra e pobre deste País é um problema individual, um problema relacionado a uma prática delituosa de um ou de outro individuo, quando não o é.

Isso está estabelecido como uma condição institucionalizada — e aí os convidados foram extremamente felizes. Essa institucionalização tem sido modelo



de estruturação de uma relação de poder, em que a classe dominante que historicamente dirigiu este País precisaria ter aparatos de Estado para salvaguardar os seus interesses patrimonialistas, os seus interesses diretos, não apenas na relação das suas ações produtivas, mas também das suas ações patrimoniais.

Por isso, os senhores trazem luz a este debate, como nós já fizemos em outros momentos, apresentando um quadro teórico que vai fundamentar e — na minha opinião, sem sombra de dúvidas — promover uma desestruturação desse discurso ou dessa representação do discurso que aqui é feito, tentando imputar aos jovens negros e pobres a responsabilidade direta de algo que deve ser da responsabilidade do Estado. Isso nós não podemos aceitar nem tolerar.

Esta representação do discurso tem sido feita não apenas nesta CPI, mas nesta Casa, por parte das Sras. e dos Srs. Deputados que, oportunisticamente, tratam de um tema que interessa à sociedade, como o tema da violência, tentando aqui adotar uma agenda absolutamente conservadora e absolutamente desproporcional para assuntos que têm impacto na vida nacional, na vida da população e sobretudo na vida dos nossos irmãos e irmãs negras.

Às vezes aqui, nós ficamos num debate — e eu quero me solidarizar com as mães e os pais dos jovens do Cabula — porque há um dado que nós precisamos considerar, que é intangível aos números. Para justificar a condição numérica do crime, do abate — eu chamo isso de abate mesmo — da nossa juventude, eles não quantificam este dado, que não é quantificável e é intangível. Trata-se do sofrimento e da dor das mães e dos familiares que sofrem todos os dias, com a morte que se abate sobre cada um dos nossos jovens.

Falar é muito fácil. Mas a nossa fala, pelo sofrimento que nós temos e pela nossa condição de negro, é muito mais autorizativa do que a fala daqueles que não sofrem o problema. Todavia, eu reconheço muitos parceiros e companheiros, a exemplo de tantos Deputados que se somam a essa nossa luta, que falam não apenas por falar, mas falam com o sentimento, com a alma, com a dor e com o compromisso da transformação que nós precisamos fazer com relação a esses dados e essas dores que as mães sofrem todos os dias. Portanto, os senhores trouxeram aqui dados que nós não podemos omitir.



Eu quero evidenciar essa questão do Cabula. E aí eu concordo, Hamilton, que nós não podemos permitir que a construção coletiva de projetos que realizamos... Cada um na esteira da representação social, de acordo com a sua manifestação política, foi construindo um tecido social neste País que foi dando conta de um conjunto de demandas e também construindo socialmente um projeto político que apontava para a superação de alguns desses modelos que ainda hoje estão presentes como elemento de permanência de um tempo da escravidão, mas também na ação do Estado brasileiro e na representação, sobretudo, daqueles que estão à frente desse Estado, como no caso que você evidenciou da Bahia, que nós não podemos tolerar.

Nós fomos capazes de realizar um debate para questionar os métodos políticos e administrativos que engendravam as condições e promoviam inclusive o nível de letalidade que a nossa juventude enfrentava na Bahia, com relação ao Governo de Paulo Souto — e parte dos atores políticos, lá naquela quadra, nos ajudaram a tensionar e fazer o bom debate. Portanto, é inadmissível, independentemente de sermos da base ou não do Governo, aceitar a atitude do ex-Governador Jaques Wagner, que é um democrata, mas, na minha opinião, foi pouco efetivo. Quando se trata desse tema, não basta apenas constituir uma Secretaria Municipal da Reparação, é preciso ter orçamento, ter ações transversais de políticas que levem em consideração o que nós queremos: sistemicamente adotar uma política de valorização dos direitos humanos e da sociedade. E como você apontou isso muito bem, nós estamos tratando de direitos humanos.

Já encerro, Sr. Presidente, porque sei que V.Exa. está apontando para que eu encerre.

E nessas circunstâncias, é intolerável e inadmissível tratar a vida como se fosse um jogo, a exemplo do que ocorreu no fato do Cabula, quando nós vimos o nosso próprio Governador verbalizar: *“Olha, se você é um jogador e está à beira de um gol, você não pode vacilar”*. Ou seja, tratam a vida como se valor nenhum ela tivesse ou como se nós estivéssemos em um jogo. Isso é inadmissível.

Portanto, os discursos que o Hamilton e o Prof. Fábio nos trazem aqui são a representação de quem sente a dor todos os dias e pode expressá-la com a autoridade que cada um de nós tem, porque ela se abate em nós diferentemente do



que se abate em outro. As dores que sentem essas mães que estão aqui podem até ser medidas, ou alguém pode externalizar e tomar para si essas dores. Mas não há como sentirem o impacto psíquico que essas mães sofrem todos os dias: elas morrem todos os dias pela ausência dos seus filhos que foram antecipadamente julgados e mortos sem sequer terem tido o direito de dizer quem eram.

Portanto, este é o debate que nós estamos fazendo qualificadamente. E nós não estamos aqui imputando a falha a todos os policiais. Há policiais bons. Mas nós não podemos esconder que há... E aí o Estado tem a responsabilidade, inclusive como resultado da sua prática ao largo da história política do País, de dar uma orientação, que deve ser superada com modelos, com iniciativas e com debates não apenas desta Comissão, mas com um debate mais amplo, sobre o tipo de segurança pública que nós queremos, sobre o tipo de ação do Estado que nós desejamos. E não é essa a orientação que nós estamos a assistir.

Portanto, Hamilton e meu caro Fábio, nós nos somamos às dores dos familiares que estão aqui. Sem sombra de dúvida, compartilho da avaliação feita, até para se estabelecer que nós temos referencial teórico e estatura teórica para fazer esse debate — e não queiram nos apequenar. Mas também devemos lidar com dados que incidem claramente sobre as razões da violência neste País, sobretudo a violência contra a nossa juventude negra e pobre.

Portanto, eu encerro dizendo que, nesta Comissão, nós vamos fazer o bom debate e vamos nos somar ao esforço para desvelar esta realidade que alguns tentam acobertar, transferindo a responsabilidade e dizendo que a criminalidade tem razões individualizadas, o que recai sempre sobre o jovem negro. E não é isso que nós queremos. Nós queremos é desvelar esta realidade, apontar caminhos e dar à nossa juventude um futuro pela educação, pela cultura e pela atividade esportiva. Nós queremos é garantir a essas famílias as condições de terem os seus filhos permanentemente no laço familiar, entre os seus entes. Esta é a nossa posição.

Vamos, Sra. Relatora, à Bahia. Na nossa audiência do dia 11, acho oportuno não ouvir apenas o Estado. Eu estava a falar ainda há pouco, com os nossos companheiros Deputados, que não vamos aceitar dirigismo nenhum em torno desta Comissão. Vamos ouvir as mães, vamos visitar o Cabula, como está no roteiro, vamos ouvir as representações de direitos humanos, o movimento negro baiano, a



exemplo do coordenador do movimento *Reaja*, vamos ouvir aqueles a quem nós devemos dirigir as nossas atenções, para proteger o futuro da nossa juventude, proteger o futuro do nosso povo.

Eu vou ter sair. Não gostaria de tomar essa atitude, mas nós temos uma votação. De qualquer sorte, eu retorno para dar sequência a esse debate.

Obrigado por aquilo que os senhores nos trouxeram e apresentaram.  
(*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Bebeto. Já foi informado ao Plenário que a votação foi suspensa.

O próximo orador seria o meu conterrâneo, Deputado Eros Biondini. Mas como o nosso convidado, Prof. Fábio Nogueira, tem um voo agora, cujo embarque começa às 18h05min, ele quer se despedir. Imediatamente depois, eu passarei a palavra a S.Exa.

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Sr. Presidente, a minha palavra também seria dirigida ao Prof. Fábio. Acredito, Prof. Fábio, que eu não vá gastar mais do que 2 minutos, se o senhor me permite.

**O SR. FÁBIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA** - Está bom.

**O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI** - Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes; e a Sra. Relatora, Deputada Rosângela Gomes.

Nosso querido Prof. Fábio e Sr. Hamilton, eu queria parabenizá-los pelas palavras e pelas colocações e, de maneira especial, parabenizar os familiares das vítimas, que, com o seu depoimento, tornam ainda mais legítima essa causa. Quando nós damos o nosso testemunho de dor ou de amor, ele é verossímil.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que, quando da instalação desta Comissão — por isso mesmo pedimos ao nosso partido que nos indicasse —, esperássemos que ela realmente fosse diferente e desse uma contribuição a esta Casa e sobretudo à sociedade, que espera de nós atitudes e ações que produzam efeitos e resultados em busca de um país mais justo e fraterno. Isso está acontecendo. É claro que os embates e as divergências são legítimos, pertinentes e naturais.

Na minha história, nesses 25 anos que tenho de trajetória missionária e voluntária, sobretudo na busca de ajudar na recuperação dos dependentes químicos, eu me recordo de que, na minha adolescência, também estive envolvido



no meio das drogas. Isso me deu a oportunidade de posteriormente adentrar nessa caminhada de luta contra as drogas e de estar em muitos lugares do Brasil, em muitas periferias de vários Estados. E nós constatamos tudo que foi relatado aqui, quando vamos a campo.

Também quero dizer que esta é uma realidade nacional. Por isso, nós precisamos também levar essa discussão para cada um dos nossos Estados. Quiçá tenhamos pessoas como o Hamilton e o Prof. Fábio que possam enriquecer as nossas audiências públicas nos Estados.

O que eu quero deixar aqui de contribuição diz respeito à nossa indignação, que é legítima, e também à sede e a fome de justiça que temos, principalmente diante desses dados da violência ao jovem negro, cujo combate todos nós temos que ter como meta, trazendo a luz para a nossa sociedade e para os nossos pares. Desejo também que isso seja sempre uma luz acessa dentro de nós, para, a partir daí, criarmos uma sociedade que tenha a cultura da paz. Desejo que não ultrapassemos o limiar da revolta, para não arriscarmos combater o mal com o mal. Eu digo isso para cada um de nós, porque somos seres humanos e muitas vezes essa realidade nos atinge.

Eu bem vi, Hamilton, quando o nosso Deputado Jean Wyllys chegou e foi elogiado e mencionado. Mas todos nós, os demais Deputados, estamos aqui empenhados nessa mesma causa. E sem querer, algumas vezes, podemos direcionar o nosso elogio. Não estou querendo buscar elogios, estou só dizendo que todos nós temos algo a contribuir e aprender aqui. E quando nós, instintivamente, direcionamos o nosso elogio a um determinado Parlamentar ou a outro, com toda justiça, pode acontecer que outros que também são fervorosos da causa sintam-se preteridos. Isso não é nenhuma crítica, só é uma constatação que também acolho como algo que possa sair de cada um de nós.

Então, eu acho que nós precisamos perseguir a cultura de paz. E cada um aqui tem muito a contribuir. Eu estou admirado com as falas dos nossos convidados e, sobretudo, com os depoimentos daqueles que vieram aqui chorar a perda dos seus entes queridos.

Obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o nosso convidado, Sr. Fábio Nogueira de Oliveira, professor da Universidade do Estado da Bahia.

**O SR. FÁBIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA** - Eu queria agradecer a esta CPI pela oportunidade de falar. Infelizmente, por conta do horário, eu tenho que ir embora, senão chego atrasado e perco o voo.

Mas eu queria registrar que a dor dessas famílias que perderam seus entes queridos, seus maridos e filhos, é algo que eu, pessoalmente, não consigo imaginar. Não há nada que possa trazê-los de volta. Mas, independente disso, o nosso povo, o povo negro, bem representado pela companheira Benedita da Silva, sempre resistiu e lutou em condições muito adversas e muito mais difíceis, como a escravidão, quando não existia nem a ideia de que nós erámos iguais aos brancos, e, mesmo assim, nos aquilombamos, lutamos e vencemos. Estamos aqui hoje. E só por isso vocês são vencedores.

Independentemente de eu ser professor de uma universidade, eu sou um negro, um militante do movimento negro, acompanho e admiro a luta que Hamilton, que vocês fazem com muita dificuldade, sem apoio do Estado, mas, mesmo assim, estão aqui, tendo às vezes que enfrentar a completa falta de sensibilidade, de sentido republicano até de alguns membros desta Casa. Independentemente disso, é importante que nós ocupemos esses espaços, porque são espaços indispensáveis para que tragédias como essa a que nós assistimos, do extermínio da nossa juventude, ou, como disse Hamilton e já dizia Abdias do Nascimento, do genocídio da população negra, não sejam naturalizadas como são, consideradas coisas de noticiário. Não! Isso diz respeito à República, isso diz respeito ao modelo de democracia, isso diz respeito à nossa incorporação no Estado nacional brasileiro. Infelizmente, depois de mais de 500 anos, estamos aqui ainda lutando, reclamando os nossos direitos.

Então, era isso que eu queria falar. Eu tenho que ir, por conta do horário. O companheiro Hamilton vai falar também. Acho que é muito importante, no dia 11, a ida a Salvador. Mas, sobretudo, como disse o Deputado Jean Wyllys, que nós tenhamos uma ação eficaz, que faça o enfrentamento global diante dessa tragédia, que é a morte sistemática de jovens negros em nosso País.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer, em nome da CPI, a presença — acho que contribuiu, de maneira brilhante, para o nosso debate —, e desejar boa viagem.

**O SR. FÁBIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero passar a palavra para o próximo orador, o Deputado Major Olímpio. (*Pausa.*) Não está presente.

Tem a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, palestrantes e familiares de vítimas, esta CPI, como alguns já disseram aqui, está caminhando, e ela precisa, com certeza, procurar um rumo, até porque nós precisamos começar a definir, porque o tempo vai passando, vai passando, e, se nós não definirmos um horizonte, um norte do que são as causas, nós vamos encerrá-la sem poder cobrar de quem de direito providências para que nós possamos ter definido o trabalho com vistas a diminuir as questões das mortes dos nossos jovens no Brasil.

Todos os palestrantes que aqui estiveram, com exceção dos de hoje, mais os estudiosos que fizeram pesquisas foram unânimes em falar das questões por que no Brasil estão morrendo os nossos jovens — como está gravado nesta CPI —, neste País, por envolvimento com o crime, por envolvimento com o crime organizado, por falta de políticas públicas do nosso Estado direcionadas à nossa juventude, com cursos, com esporte e com outros tipos de evento que possam levar a nossa juventude a ocupar o seu espaço, o seu tempo, com valores corretos de vida e não estar envolvida no mundo da criminalidade.

Eu falei, na sessão passada, que só falta um palestrante chegar aqui e falar da terceira causa apontada por mim, porque duas já foram, que é a desagregação da família, que é um dos motivos que está levando a nossa juventude também a morrer neste País.

Eu não quero jamais participar, e não gostaria de participar, de algo que pudesse criar um direcionamento orquestrado. Eu quero participar de uma Comissão, de algo sério, como está sendo feito agora — e eu sou paciente em ouvir todos e respeitar todos que falam —, para que eu possa dar o meu posicionamento,



a minha vivência de vida, o que eu vejo e o que sempre vi com a nossa juventude morrendo.

Na penúltima vez que nós tivemos uma sessão aqui, quando eu trouxe uns recortes de jornais de um fim de semana na Grande Belém — não foi no Estado do Pará, foi na Grande Belém —, eu disse que normalmente, em dias comuns, ocorrem de 3 a 4 mortes por dia e aos finais de semana elas chegam de 12 a 15. Em casos extraordinários, em fins de semana prolongados, no Estado do Pará, passa de 50 o número de mortes de jovens, Relatora, de jovens entre 14 e 25, 29 anos.

Essas mortes, como eu disse, elas não têm cor; elas têm a nossa juventude sendo morta. São negros? São. São pardos? São. Existem brancos também morrendo? Existem. A maior quantidade é de negros? Sim, é de negros. Nós já discutimos essa situação aqui. Inclusive, se eu não me engano, um dos Deputados solicitou que viesse um palestrante aqui para discutir exatamente a questão da cor, e eu não me opus. Mas pelos dois primeiros palestrantes, nas pesquisas deles, foi considerado negro o pardo e o negro.

Mas eu não estou querendo aqui me importar com isso. Eu quero me importar e queria que todos se importassem com o fato de que quem está morrendo é a nossa juventude. Os 50 que morreram, no fim de semana, no Estado do Pará, todos são pardos, mortos, cadáveres, todos são negros. Para nós aqui da CPI também são negros. E eu já disse, no meu pronunciamento passado, que eu sou negro. Eu tenho um irmão, dos meus cinco irmãos, que também é negro; eu tenho um irmão que é viciado em droga. Eu sou vítima de tudo que acontece aí. Então, eu não posso ficar calado quando eu vejo algo direcionado. Nós estamos perdendo a nossa juventude — mortes. Inclusive um policial da cor parda, jovem, também foi morto em troca de tiro.

Então, gente, o que eu quero é que nós possamos direcionar esta CPI de uma forma justa, para que encontremos as causas e possamos cobrar de quem competente para que isso mude.

Sr. Presidente, vou fazer alguns comentários sobre os colegas palestrantes. Se eu não me engano, o último foi o Prof. Fábio, que saiu. O Prof. Fábio tem toda razão quando coloca que nós perdemos as guerras para as drogas. O sistema de segurança do nosso País não ganhou nenhuma batalha na guerra das drogas.



Apreender quantidades enormes de droga neste País não é ganhar a batalha. Combater os grandes traficantes e, se for preciso, utilizar o exemplo da Indonésia, nós teríamos que fazer isso. Nós teremos que ter mão dura para pegar esses traficantes, que destroem as famílias, que destroem as vidas de pessoas nas ruas, porque, se eles forem punidos pelo Estado com a vida, a vida que eles perderam — como está prestes a perder um na Indonésia — não vai pagar as milhares de vidas que eles destruíram na rua e as milhares de famílias que eles destruíram.

Então, o professor está certo. Nós só estamos perdendo a guerra contra as drogas. Porém, o direcionamento de que é o Estado que está matando, de que é a polícia que está matando — e não quero aqui defender o policial que não presta —, eu acho que seria generalizar. Eu acho que nós deveríamos pontuar, porque eu sei que nós temos, sim, como já disse, em todas as instituições, os bons e os maus, e eu sei que esses fatos acontecem. Mas não quero jamais dizer que é o policial que, no geral, está matando os nossos jovens. Não é. Eu tenho aqui 50 mortes, uma, inclusive, de um policial, e uma só, das 50, foi troca de tiro com a polícia dentro do Estado do Pará. E eu acredito que em todos os outros grandes centros do País não é diferente.

Desmilitarizar a polícia — fazendo comentário ao que o colega falou —, quem dera! Para mim, ainda é um sonho. Eu queria isso, mas é um sonho. O nosso País não está preparado para desmilitarizar a polícia, porque os bandidos não respeitam nem a farda, nem o policial fardado na frente dele! Imagine se ele encontrar um cidadão, com rosas, para dizer para ele: “*Vamos viver o bem.*” Não vai acontecer. Os exemplos no Rio, os exemplos em outras cidades nas quais as polícias são recebidas com tiro são mais do que claros.

A questão que ele colocou aqui, do Estado limitado com relação às punições do aparelho policial, eu não concordo com o Fábio. A polícia, que é a instituição mais antiga do mundo, eu acho que só perde para a família, é, sem dúvida, a instituição mais fiscalizada neste País. Não existem, de nenhuma outra instituição, mais membros presos do que policiais. Então, ela é, sim, fiscalizada; ela é, sim, punida. E mais, a instituição é fiscalizada pelas Corregedorias de Polícia, é fiscalizada pelas Ouvidorias de Polícia, é fiscalizada pelo Ministério Público e é fiscalizada também por uma meia dúzia que defende bandidos. Sob o argumento da



defesa dos direitos humanos e não de humanos direitos, eles defendem bandidos. E a polícia é fiscalizada até pelo próprio Judiciário, quando os casos que envolvem polícia vão para lá.

Então, eu não posso pontuar que é a polícia a responsável pela morte dos nossos jovens no País. Quem está matando os nossos jovens são as drogas, são os envolvimento com o crime, é a falta de políticas públicas do Estado e a desagregação da família. Esses são os fatos que nós temos, com certeza, pontuados, neste caso, nesta CPI.

Ele colocou também, o Prof. Fábio, que falta tudo no Estado: falta saúde, falta praça, falta educação, e que polícia tem muito. Discordo, Fábio. Talvez você não tenha o estudo do quantitativo de polícia. O meu Estado do Pará, por exemplo, tem 17.641 policiais militares; três mil, duzentos e quarenta e poucos policiais civis. O Pará precisa mais do que o dobro desses policiais para poder obedecer ao mínimo estabelecido pela ONU, que é 1 policial para cada 250 habitantes. Então, há poucos policiais. Nos discursos, em campanhas políticas, de todos os que disputam o majoritário o número um é segurança pública. E onde eles menos investem é em segurança pública. Mas polícia é para-choque, mas polícia é vitrine. Todos querem bater na polícia.

Falando das colocações do Sr. Hamilton, quero dizer que concordo plenamente que existe racismo, mas digo ao senhor que a principal movimentação de racismo neste País, muitas das vezes, está aqui dentro desta Casa, quando quer estabelecer cotas para isso e para aquilo. O Sr. Joaquim Barbosa não precisou chegar onde ele chegou por cotas. Então, essa é, sim, uma forma oficial de racismo.

Quanto às tatuagens, que foram mencionadas nesse livreto, não é a polícia, Sr. Hamilton, que as estabelece e que as coloca; essa é a linguagem da cadeia, essa é a linguagem do crime. São eles que estabelecem essas tatuagens; não é a polícia.

Redução da maioria penal, nem vou questionar. Eu só vou dizer-lhe que 90% das famílias brasileiras, em média — são cinco pesquisas —, 90% da população brasileira querem, agonizam pela redução da maioria penal, porque não aguentam mais passar pelo que estão passando.



Então, senhoras e senhores, que nós possamos concluir com uma CPI que diga: *“O Estado é o primeiro culpado pela morte dos jovens neste nosso País. As faltas de políticas, a desagregação da família são fatores que levam à morte os jovens e, conseqüentemente, os levam à criminalidade e às drogas.”*

Só para finalizar — embora o Deputado não esteja aqui, não falarei nome, por questões de promoção —, eu lamento que nesta Casa, Sr. Presidente, nós tenhamos Parlamentar destruidor de famílias que quer incentivar uso de droga, que quer incentivar que droga é bom. Talvez ele nunca tenha visto, nem na imprensa, uma família acorrentando seu filho numa cadeira, numa mesa, desesperada, porque não sabe mais o que fazer com aquele filho que está viciado.

Quantas mães que estão me ouvindo agora neste País, se a elas chegar o nosso pronunciamento, estão desesperadas, porque não sabem mais o que fazer com o seu filho viciado?

Eu, na delegacia, recebi uma mãe chorando, que me disse: *“Delegado, eu vim aqui porque o senhor é a única pessoa com quem eu posso falar o que eu vou lhe dizer, pois nem com uma irmã minha eu queria falar isso! Ontem, eu coloquei veneno na comida do meu filho para matá-lo, porque eu não aguentava mais vê-lo sofrer pelo uso da droga e porque ele disse que queria morrer, mas eu não tive coragem e tirei a comida, para não deixá-lo comer dela.”* Isso, sim, é triste!

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Paulão, nós estamos entregando também aqui a programação da visita ao Estado do Rio de Janeiro. Pergunto se algum dos Deputados tem alguma contribuição a dar. Nós vamos aperfeiçoando isso nos demais Estados.

Estamos entregando também o requerimento sobre dados que nós estamos mandando para todos os Secretários Estaduais de Segurança. Nós já acrescentamos outros indicadores — bairro, sexo, região.

Então, depois, eu quero que seja distribuído isso para os Deputados, de modo que, se algum deles tiver alguma contribuição a dar até o final da audiência, ele possa fazê-lo, para que a gente possa amanhã mesmo encaminhar esse requerimento a todos os Secretários Estaduais de Segurança Pública.



Com a palavra, o Deputado Paulão. Peço à Deputada Rosângela que assuma a Presidência por 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Eu agradeço, Deputado Reginaldo.

Queria cumprimentar o Sr. Hamilton Borges, Coordenador do movimento *Reaja*, e, ao mesmo tempo, prestar solidariedade às famílias que vieram à CPI com uma esperança, já que, infelizmente, algumas respostas não foram dadas em seus Estados.

Aí, eu queria fazer primeiro um debate legalista, porque eu vi alguns companheiros que me antecederam fazendo acusações em relação à legalidade, entre outras coisas.

Em primeiro lugar, o art. 1º da Constituição, no seu inciso III, define como um dos princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana. Esse é um primeiro item. O art. 5º, III, diz que *“Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”*. O inciso IX desse mesmo artigo diz que *“é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”*.

Então, veja bem, professor, o primeiro passo é discutir a legalidade, já que a gente está aqui, na Casa das Leis. Uma cartilha dessas fere ou não a Constituição? É claro que fere! Fazer-se uma tipificação — claro que isso pode ocorrer — que rotule todas as pessoas que, de uma forma genérica, tenham tatuagem como criminosas fere a Constituição.

E Deputados que me antecederam disseram que o debate tem que ser feito — concordo — na estrutura da família. É isso que está matando o processo que se tem que enfrentar para não criminalizar os policiais.

Eu queria fazer defesa até do nome do Deputado Reginaldo, que, mais uma vez, apresenta requerimento para a instalação desta CPI, cujo conteúdo já se teve conhecimento, como o conteúdo citado aqui pelo Hamilton Borges e por um colega nosso, o P. Luiz Couto, do PT da Paraíba. Então, o tema é tão forte que ele aparece de novo!

Assim, deve-se discutir a questão da droga, sem dúvida alguma, na estrutura da família, mas sempre repito uma pergunta que o Deputado Jean também levantou: qual é a tatuagem que o Senador Perrella tem? Será que ele tem tatuagem? Está



envolvido ou não? Quanto pesa essa questão? Para a gente tipificá-lo, 500 quilos de cocaína... E esta Casa aqui fica calada — calada!

Então, é necessário que a gente discuta isso aí, porque é criada uma cortina de fumaça. Eu não queria discursar muito, para dar o encaminhamento. Eu acho que é fundamental fazer essa visita na Bahia no sentido de realizar a oitiva, inclusive a oitiva de autoridades. Quem faz esse enfrentamento, Deputado Orlando, em relação a essas estruturas policiais?

Em Alagoas já é diferente! Lá existe uma estrutura chamada “sindicato do crime”. Lá existe um “sindicato do crime”, que só não tem filiação a centrais sindicais, mas tem ramificação em Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

E, para confundir o estilo, quando eles praticam homicídios — eles sabem disso, porque eles têm experiência policial —, geralmente matam uma pessoa na divisa entre os Estados e a degolam, deixando a cabeça no lado de Pernambuco e o corpo no lado de Alagoas, porque isso dificulta o processo investigativo, já que se têm duas partes do corpo, ou o corpo some no processo.

Então, Deputado Reginaldo — sendo bem prático —, é fundamental ouvir esse delegado sobre o que é ou não tipificado e solicitar esclarecimentos ao Governo do Estado, porque não tem sentido... Esta cartilha aqui é oficial, independente de qualquer Governo. O que não se pode fazer é mantê-la. Isso é muito grave! Como é que o tenente ou alguém na hierarquia faz um processo? Para mim, não! Aqui há a Secretária da Segurança Pública do Estado da Bahia. A cartilha é do ano 2012. Pode ter partido de uma autorização individual, mas, no final, foi uma orientação oficial.

Isso é muito grave, porque assim a gente atenta contra o Estado de Direito. A gente tem várias convenções de direitos humanos que foram subscritas pelo Brasil, e esta cartilha aqui é um atentado a elas. E as famílias que estão aqui têm esperança de ouvir.

Agora, o que a gente lamenta — eu concludo — é que esta CPI está sendo ativada pela segunda vez, porque há algumas estruturas do poder... Quanto aos órgãos fiscalizadores, como andam os Ministérios Públicos Estaduais e Federal no que diz respeito a isso? Estão fazendo o quê? Ou só é importante focar isso quando



há escândalo midiático? Aí, sim, é importante que os Ministérios Públicos Estaduais e Federal atuem.

Agora, a situação é diferente quando é o jovem negro que está sendo morto no Brasil. E Alagoas não é diferente. Ele é um dos Estados campeões nisso. Dos 5.500 Municípios do Brasil, a gente tem 100 entre os mais violentos; desses, 8 Municípios são de Alagoas. Maceió é uma das cidades mais violentas, tendo esse mesmo perfil de que o Hamilton falou aqui. Eu pergunto: Por quê? Porque isso é invisível, não interessa aos Ministérios Públicos Estaduais e Federal.

Muitas vezes a visão é uma visão liberal-clássica. Se você interdita uma via importante do Estado, por meio da mobilização da luta sindical e agrária, você fere o patrimônio. E a polícia vai lá, para garantir o processo de interdito e fazer a desobstrução.

A gente não vai precisar aqui repetir o número de vidas perdidas, cuja estatística existe, porque seria repetitivo. Então, é fundamental fazer essa visita, para que a gente apure isso, bem como encaminhar, de uma forma imediata, Deputado Reginaldo, um documento para o atual Governador da Bahia, no sentido de fazê-lo suspender, de forma imediata, a cartilha de orientação policial.

E, ao mesmo tempo, o Estado, para dar exemplo, deve pedir perdão, porque muitas vezes não se faz a autocrítica. Pedir perdão às vítimas é fundamental, independente de sigla partidária. Com muito orgulho, eu faço parte da mesma sigla do colega Governador, mas foi cometido um erro, porque muitas vezes a gente não quer fazer o enfrentamento dessa estrutura.

E aí há um grau de hipocrisia muito grande, claro. A gente não quer tipificar o processo, mas a gente sabe que há morte ligada ao tráfico, oriunda de conflitos de jovens contra jovens, mas existe também um número expressivo de agentes públicos envolvidos.

Nós não estamos fazendo prejulgamento. O que nós queremos é levantar o véu e saber quem está envolvido? Eu sempre digo: será que o Capitão Guimarães, que controla o jogo do bicho e a droga no Rio de Janeiro, tem alguma tatuagem? Ou a tatuagem dele é igual à da máfia russa, porque ele foi do Exército Brasileiro? Isso seria generalizar esse processo.



A Scuderie Le Cocq, no Espírito Santo, que foi coordenada pelo Presidente da Assembleia num período em que eu era Deputado Estadual, por coincidência, foi a responsável pela morte de um Juiz. E só foi desvendado caso depois que o Juiz foi assassinado!

Aqui em Goiás ninguém fala sobre o Cachoeira, que tinha um trânsito enorme nesta Casa — enorme! Ele transitava por aqui, fazendo, inclusive, benesses para o arauto da moralidade, que era o Senador Demóstenes Torres, que agora revela que o Senador Caiado também pegou a boquinha do mel. E esta Casa fica silenciosa.

Então, existem figuras perigosíssimas, do ponto de vista do poder, mas esta Casa não quer se aprofundar no assunto. Portanto, é importante esse encaminhamento no sentido de fazer a visita não só ao Rio de Janeiro, mas também a outros Estados, de modo que não se faça o prejulgamento.

Agora, à medida que se caracterizar envolvimento de agente público, a gente deve reatar esse caso, inclusive dando entrada a uma representação no Conselho Nacional do Ministério Público, tanto no âmbito estadual quanto no federal. Há omissão do MP da Bahia e dos demais Estados em relação a esse trucidamento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu fiz, a partir do encaminhamento do Deputado Paulão, uma solicitação no sentido de averiguar se o Secretário Estadual de Segurança Pública e o Governador têm conhecimento em relação a essa cartilha e se essa cartilha é utilizada oficialmente na orientação policial.

Todos têm a ficha técnica do Governo. O que me parece, lamentavelmente, é que não há qualquer apresentação nem do Secretário Estadual de Segurança Pública nem do Governador, mas é evidente que alguém fez, alguém mandou. Nenhuma gráfica comprova que a cartilha foi emitida pelo Governo, apesar de haver as máquinas e haver a citação de “Pacto pela Vida”.

Nós despacharemos amanhã mesmo todos esses requerimentos, pedindo que tomem uma providência.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - Sr. Presidente, só chamo atenção para o fato de que toda polícia estadual tem um serviço de inteligência, conhecido como P2. E a gente, no âmbito nacional, tem a sucedânea do SNI, a ABIN, que atua em todos os



Estados. Então, como é que a ABIN e os serviços secretos das polícias não sabem que existe algo como uma cartilha dessas, que fere um princípio?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - A próxima oradora é a Deputada Benedita da Silva.

**A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero neste momento cumprimentar alguém que nos representa muito bem, nosso querido — podemos assim dizer —, companheiro de jornada, Hamilton Borges, que está reagindo.

Lamento não ter podido estar aqui para ouvir a sua intervenção, assim como a do Fábio, mas, pelas outras intervenções, já vi que levantaram poeira. E nós vamos acompanhar tudo por meio do registro que a Casa já tem feito.

Eu não poderia deixar, Sr. Presidente, Deputada Rosângela, nossa querida Relatora, de cumprimentar muito especialmente, até com muita dor, esses familiares que aqui estão nos acompanhando — Edieli Santana, Maria das Dores, Edcarla Pinheiro, Antonio Carlos de Carvalho —, bem como o Hamilton, que nos acompanha também aqui e deve conhecer bastante dos relatos dessas famílias — e assim também Maria Helena da Luz

Eu confesso que já vi todos esses filmes e, todas as vezes em que eu estou em audiência pública ou em reunião de CPI — e está CPI é muito, mas muito importante, lembro-me que tudo isso nos tem servido para uma reflexão que nós devemos fazer. Tem sido um aprendizado, no sentido de nos ensinar uma nova dimensão de relação humana e de podermos compreender por que nós não evoluímos.

Se nós observarmos a história da humanidade e as barbáries que foram acontecendo com os povos, veremos que essa questão étnica é, de todo modo, muito perversa para algumas etnias que nós sabemos que foram alvo de atrocidades enormes.

Nós estamos lamentando as barbaridades feitas em nome de Deus, em nome de Alá, em nome de outras tantas entidades — às vezes, até em nome dos orixás. Tudo isso nós estamos acompanhando. E nós sabemos que às vezes até em nome dos orixás, tudo isso nós estamos acompanhando. E nós sabemos que há distorção



em tudo em que o ser humano se faz presente, porque a distorção, na verdade, está em nós.

Eu me pergunto realmente como fazer para que esta Casa possa acompanhar esta CPI sem que alguns Parlamentares tomem para si as intervenções que aqui são feitas, porque nós temos aqui um papel. O nosso papel aqui, de uma grande responsabilidade, é fazer com que esta CPI, além da punição, promova o resgate da dívida que temos com cada uma dessas pessoas que perderam seus entes queridos, seja pela polícia, seja pelo envolvimento com drogas, seja pelo que for.

O Deputado colocou aqui que não devemos atribuir à polícia todos esses assassinatos da população negra ou, vamos assim dizer, dos nossos jovens negros. Ele disse: *“Não vamos generalizar”*. E não vamos mesmo generalizar. Nós não estamos generalizando — estamos vindo com dados, com estatísticas de órgãos oficiais. Mas devo dizer que até poderíamos fazê-lo, porque a situação é impressionante. Se nós formos computar corpos que achamos em determinados lugares, ossos que achamos em outros lugares, nós poderíamos dizer que esses não foram contabilizados.

O Deputado fala que não podemos generalizar e diz que o problema está na família. Não, o problema não está na família. A família é, sem dúvida, um alicerce, e nós poderíamos, através da família, sim, estar numa nova relação, num novo diálogo nessa conjuntura. As coisas mudaram, o mundo mudou — e nós precisamos acompanhar essa evolução do mundo. Mas ele diz com relação à polícia: *“O Estado é que não deu educação, que não deu trabalho, que não deu isso, não deu aquilo.”* Mas, quando se trata da polícia, aí não é o Estado? É uma contradição. Aí não é o Estado? *(Palmas.)* Ora, o que é isso?! É o Estado, sim, nós sabemos. Como foi dito pelo nosso Deputado, não importa quem esteja governando, não importa. Importa que o Estado tem responsabilidade. O próprio Estado, dependendo do seu governante, reconhece, sim, a dívida histórica que se tem.

Essa cartilha vai refletir um pouco como é a formação da nossa polícia. É isto: uma polícia formada numa ditadura, uma polícia que teve formação para matar, uma polícia que se orienta pela tatuagem. Nós sabemos que antigamente um negão com uma calça boquinha ia preso. Ou, se ele usava um cabelo tipo *black power*, ia preso.



Se estava sem camisa, era preso. Em uma rua escura, se houvesse dois negrões juntos, seriam presos. Quer dizer, são todas essas características que se buscam.

No entanto, há milícia que tem tatuagem — a gente sabe da milícia que tem tatuagem —, mas também há outras pessoas que têm tatuagem. Na polícia há muitos delegados que têm tatuagem. Mas eu sou do tempo em que todo mundo com tatuagem ia preso. Eu também tenho pessoas da família que foram presas. Eu também tenho pessoas na família que foram assassinadas, esquartejadas, queimadas, e não faz nem muito tempo.

Então, é preciso que aqui relaxemos, para podermos fazer justiça com justiça; senão, vamos ficar aqui num debate entre nós, mas num debate perverso.

Isso aqui está dizendo o que se pensa. Isso foi o resultado de um trabalho do secretário de segurança, que promoveu um debate, um seminário, e eles aqui colocam: *“Tatuagens: Desvendando segredos”*. Desvendando segredos de quem? Da marginalidade, dos presos. Mas nós precisamos desvendar os segredos do poder público, da polícia, é evidente, para que, numa nova relação, possamos fazer esse bom combate.

Então, eu quero dar os meus cumprimentos a essa família, que, acredito, está sofrida e sente muita dor. A gente sabe o que é isso, porque conhece e tem acompanhado. E eu compreendo, realmente, apesar de não estar sentindo a mesma dor. Mas conheço essa dor. Às vezes as pessoas falam e são até solidárias, mas quem sabe o tamanho da dor é quem passou por essa dor. As outras pessoas talvez não possam compreender.

É por isso que, além dos fatos constatados aqui, em todas as nossas audiências públicas nós vamos encontrar os mesmos assuntos, porque as pessoas são as mesmas.

Então, eu queria sugerir ao Presidente que nós pudéssemos, para ajudar a nossa Relatora com o relatório, após as audiências e os debates, extrair de nós mesmos qual é a contribuição. Senão, sempre é assim: termina a audiência pública e só ficam os Parlamentares negros, com raríssimas exceções. Os outros falam, falam e vão embora. Então, é preciso que comecemos, antes de eles se levantarem e irem embora, a perguntar se não têm alguma sugestão positiva para deixar, para constar no nosso relatório como uma contribuição da audiência daquele dia, até por



respeito e consideração às pessoas que aqui vêm prestar a nós informações e esclarecimentos.

Mais uma vez, eu agradeço a presença do Hamilton aqui e também do Fábio, que já foi. E quero dizer a essas famílias, principalmente às mães e aos pais, que a nossa luta continua. Eu posso dizer isto: que a nossa luta continua. Não podemos esmorecer. E a melhor maneira é esta: vocês se encheram de força, de energia e de coragem para virem aqui. E nós não podemos ficar alheios ao grito de vocês, porque, para quem sente essa dor, até o silêncio incomoda. Portanto, contem conosco para que possamos, junto com vocês, dar um pouco de nós para que se faça justiça.

Obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Benedita da Silva.

Quero passar a palavra ao nosso convidado Hamilton Borges. Depois, nós temos ainda alguns requerimentos do Deputado Paulão e também do Deputado Luiz Couto.

Com a palavra Hamilton Borges.

**O SR. HAMILTON BORGES** - Algumas questões que foram colocadas aqui dizem respeito a questões consensuais que, na minha avaliação, e acho que na avaliação da campanha *Reaja*, não têm validade científica, já foram superadas e, portanto, não merecem ser debatidas. Mas eu acho que é sempre importante a gente promover esse tipo de debate, para ver se eleva inclusive o conhecimento das pessoas em relação a questões básicas, como direitos.

Em momento nenhum, estamos fazendo a função de órgão acusador. O que nós estamos fazendo aqui é demonstrando que a tese que tínhamos inicialmente em relação, por exemplo, à questão do Cabula, fortaleceu-se, e nós estamos esperando, evidentemente, o trânsito em julgado.

Agora, é bom que se lembre também que, para os garotos que foram executados pelos policiais, nem pelo secretário, nem pelo Governo, foi tratada, em momento nenhum, a presunção de inocência. O Governador, o delegado de polícia e o secretário de segurança deveriam ter uma postura de neutralidade em relação a isso. Em relação a Lombroso, eu acho que é importante que a gente leia isso, pra



não ficar replicando coisas que não têm... Isso aqui também tem um aspecto pedagógico. O Lombroso, evidentemente, foi um médico que tratava de corpos, que tratava de ossos, e os “objetos” — entre aspas — da pesquisa de Lombroso, mesmo na Europa, eram as pessoas pobres. Tinha ali a raiz da seletividade penal e essa relação entre a Medicina e o Direito, para selecionar e para eliminar pessoas, etc. E não só isso, ele é inspirador de um pensamento eugenista que inclusive continua vivo, o que a gente teria que lamentar.

O Deputado aqui falou algo porque eu cumprimentei determinado Deputado. Eu não sei, eu não tenho o conhecimento dos ritos e tal. Quer dizer, eu conheço algumas pessoas, conheço desde minha adolescência e admiro muito a Deputada. Ela é uma referência pra todo mundo da minha geração. Então, se ela está aqui sentada, eu a cumprimento. Então, não tem desprestígio nenhum a ninguém, entendeu? Quer dizer, conheço o Deputado também, que é mais novo do que eu. E eu o conheci quando ele ainda era menino, no movimento estudantil. Portanto, se ainda estivesse aqui, eu também o cumprimentaria. Não existiu um prestígio a um e desprestígio a outro.

Agora, eu queria encerrar porque eu preciso encerrar mesmo. Eu queria que esta CPI tratasse de questões que são conexas à questão da morte dos jovens negros. Por exemplo, quem está na linha de frente dessa luta? Nós estamos aqui. Nós fizemos um esforço muito grande, buscando parceiros, amigos, para trazer as famílias, para que elas falassem. Estamos falando de coisas perigosas. Nós estamos falando de 11 pessoas que foram indiciadas pelo Ministério Público, mas que estão soltas. A gente fez uma atividade no Cabula e lá um policial olhou pra minha cara e cuspiu. Nossa casa já foi invadida várias vezes. Várias operações policiais estão se dando no local em que nós nos reunimos. Nós recebemos ameaça nas redes sociais, sem nenhuma vergonha. Está aqui. Olhem: aqui tem o símbolo da Rondas Especiais Bahia — RONDESP; aqui tem o símbolo da *Reaja*. E a palavra é clara, pois nós não fazemos revolução semântica. “*Reaja e morra*.” Isso aqui é uma promessa explícita. E qual é o problema da *Reaja*? Nós não vamos parar. Nós vamos continuar fazendo.

**O SR. DEPUTADO PAULÃO** - A crônica da morte anunciada.



**O SR. HAMILTON BORGES** - A Crônica da morte... Já perdemos companheiros; perdemos irmãos; perdemos pessoas. Mas nós não conseguimos mais parar.

E aí nós dissemos ao Governador e vamos dizer a essa Casa: nossa vida está na mão de vocês. Porque, quando se fala, de forma muito mal tendenciosa, ou quando se relaciona: *“Ah, é porque é o tráfico que mata, é porque os meninos que matam meninos”*. Nós achamos que a polícia deve tratar disso. Não somos a polícia! Agora, nós queremos que essa polícia seja investigativa; que essa polícia não seja baseada na letalidade. Mas nós estamos discutindo aqui impunidade num País que tem muita impunidade — aliás, num País que pune muito. Este é um País que pune muito. Então, é necessário que se discutam os programas de proteção — PROVITA, PPCAAM. O Sr. Lázaro perdeu um filho, morto pela polícia. Cinco anos depois, depois de pedir reiteradamente a inclusão do seu filho no PPCAAM, o seu filho morreu. Aí é: *“Sem autoria”*. Sem autoria nada! O Estado é objetivamente responsável por isso e deve perseguir quem fez isso. Nós já pedimos a proteção para o Sr. Antônio Borja. Por que ele está tirando foto aqui? Porque ele foi retirado do programa de proteção. Quem dá proteção a ele é a nossa solidariedade coletiva, é a campanha *Reaja*; são as mães da *Reaja*. Nós já pedimos — e a campanha *Reaja* já pediu — invariavelmente proteção, porque eu sou um defensor de direitos humanos. Só que nós não queremos defensor para uma personalidade. Eu não quero ser personalidade. Eu não sou personalidade. Eu sou apenas uma pessoa que tem um pouco mais de tempo fazendo isso e que fala muito. Mas todos nós merecemos proteção coletiva. Os programas de proteção têm que rever seus critérios de proteção. E os programas de proteção não podem ser contingenciados. Os programas de proteção não podem ser dilapidados. Os programas de proteção podem ser o alicerce da luta por direitos humanos nesta cidade. Então, ao mesmo tempo em que nós pedimos proteção a esta Casa, nós pedimos que esses programas sejam fortalecidos. Nós vamos voltar amanhã. Isto aqui está sendo gravado. As redes sociais já estão falando. Nós não sabemos o que é que vai acontecer com a gente. Nós não sabemos o que é que vai acontecer com a gente. Só temos uma certeza: nós vamos continuar agindo como nós estamos agindo.



Muito obrigado a todas e a todos os presentes e aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Esse pode ser um instrumento fundamental para a construção de uma sociedade baseada nos direitos humanos, responsiva, e baseada na vida. No momento, nós não temos nenhum motivo para celebrar. Nós não acreditamos em nada disso. O Deputado Jean Wyllys falou isto: nós não acreditamos no Estado, porque onde nós moramos o Estado não existe. O fato é esse. Até que o Estado prove que ele tem força e se estruture como força, nós podemos acreditar, mas agora nós não acreditamos no Estado, com suas instituições, porque suas instituições viraram as costas para a gente. E elas só estão nos ouvindo porque a gente está batendo, gritando e adoecendo e morrendo e se entristecendo. Por isso é que a gente não pode sair aqui. Por isso é que eu comecei sem cumprimentar ninguém, não por falta de educação, porque tem que cumprimentar os familiares.

E encerro sem agradecer nada. Não por falta de educação também, mas porque a gente está num processo que é muito duro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Antes de passar a palavra à nossa Relatora, a Deputada Rosângela Gomes, nós precisamos aprovar aqui um requerimento para convidar os responsáveis pelos programas: o PROVITA; o Programa dos Defensores dos Direitos Humanos; o PPCAAM. Eu acho que é fundamental, para a gente fazer uma audiência e também conhecer os orçamentos, ver qual seria a necessidade de recursos. Mas, em conversas com vários militantes, eles têm defendido uma tese de que nós precisamos criar um marco legal dos programas de proteção.

Então, de repente, Relatora, acho que a gente poderia convidar os coordenadores desses programas e mais alguns que já foram atendidos por esses programas, para que a gente pudesse ver o que seria de fato essa demanda, se realmente precisa de um marco legal em relação a esses programas. Então, só como sugestão aqui para a nossa CPI.

Com a palavra a Deputada Relatora Rosângela Gomes.

**A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES** - Boa noite a todos e a todas!

Quero cumprimentar o nosso querido Hamilton Borges, do movimento *Reaja*, e aqui fazer uma correção: o Jean disse que foi ele que convidou V.Sa. para estar



aqui, mas o requerimento foi escrito por mim e subscrito pelo Deputado Davidson. Mas, independente de qualquer coisa, o importante é que o senhor veio, está aqui. E esta tarde, o senhor e o Prof. Fábio Nogueira — e aí eu quero endossar as palavras do Deputado Bacelar —, eu acho que foi uma das tardes aqui da audiência em que nós pudemos, não desmerecendo as outras, aproveitar de forma muito apurativa todas as falas, os debates e as experiências aqui colocadas. Eu tive a oportunidade, antes de começar a audiência, de conversar com os senhores. E disse aos senhores que a lei é boa quando ela nasce do povo. Ela tem legitimidade quando ela tem a essência do povo, a marca do povo.

Eu quero cumprimentar o Sr. Antonio, porque já tinha conversado com ele anteriormente. Quero cumprimentar a Léa, a Maria do Socorro, a Edcarla, a Dra. Andreia, que está ali também ouvindo atentamente e participando.

Deputado Reginaldo, eu não quero falar muito nesta tarde, mas eu quero assegurar uma coisa: V.Exa. conduz bem esta CPI. E quero falar ao Sr. Hamilton que duas coisas me chamaram muito a atenção na sua fala. Uma foi que o senhor disse, em determinado momento, a seguinte frase: *“Amontoado de cadáveres no Brasil”*. Isso tem uma reflexão muito profunda nas nossas vidas. E a outra: eu quero assegurar aqui nesta Comissão, enquanto Relatora, que esta Comissão terá voz. E o nosso relatório, Sr. Presidente, será produzido com muita responsabilidade, viu, Deputada Benedita? Com muita seriedade e com muita responsabilidade. *(Palmas.)* Antes eu já me sentia agraciada por estar num trabalho como este, como negra que sou, sem falar de todas as experiências por que já passei na minha vida e passo, porque no nosso País o povo negro e pobre, que tem cara, tem cor, tem endereço certo, é um povo inferior. Mas nós estamos aqui, eu, você, Bené — eu chamo de Bené, com respeito, como a Tia Eron, como o Beбето. Se nós estamos aqui, é para mostrar que nós podemos mudar a história, e isso tem que se irradiar pelas Câmaras, pelas Assembleias, pelas instituições, pelos movimentos, pelas ONGs. Nós não podemos nos calar! Eu quero dizer, afirmar e repetir que esse relatório será produzido com muita responsabilidade. Ele será produzido com muita responsabilidade, ele será votado, depois, ele será encaminhado ao Governo Federal, ao Governo dos Estados, ao Município. E cabe a nós, Deputados e Deputadas, chamar a sociedade para efetivamente fazer com que esse relatório



tenha vida e se cumpra. Se não vier a sociedade, que venha a mídia, mas cabe a nós.

Eu acho que você falou muito bem, Bené, quando falou dos problemas internos. Eles existem e vão existir, mas nós sabemos como é que o Parlamento funciona. O Parlamento vota, a Maioria define, a Minoria... Isso é democracia! Se perder, tem que acatar, tem que aceitar. Então, a responsabilidade não é só da relatoria. A relatoria será feita com muita responsabilidade, o senhor não tenha dúvida disso, Sr. Hamilton. O senhor não me conhece, o senhor vai me conhecer. Será feita com muita responsabilidade.

Agora também, Presidente, depois, cabe a nós, no final do relato, no final em que fizemos esse relatório, fazemos o Plano Nacional de Combate à Violência e aí, sim, cobrarmos de quem tivermos que cobrar, porque, enquanto somos só Legislativo, fazemos só, fiscalizamos e fazemos as leis, mas infelizmente não podemos executá-las efetivamente. Aí cabe a esta CPI, a estes Deputados, ir à porta da Presidente Dilma fazer com que a gente sente com o Ministério da Educação.

É um problema histórico? É. É um problema cultural? É. É um problema de resgate de valores que nós, povo negro, sofremos? Sim. Então, o Governo tem que ter a responsabilidade de fazer com que todas as linhas, todos os registros que nós iremos produzir aqui, amanhã se transformem em políticas que sejam mais benéficas para um povo que sofreu para construir esse gigante que se chama Brasil, porque nós demos contribuição não só no trabalho, com o nosso sangue, com a nossa vida, e continuamos dando até hoje, com o nosso sangue, com a nossa vida, sendo na maioria das vezes injustiçados. Esta Comissão precisa e tem a necessidade de ouvir a população não só hoje, mas também em todos os dias que ela se reunir em todos os Estados, para que a gente possa realmente fazer justiça àqueles que precisam.

Então, Presidente, mais uma vez, se eu estava feliz, de certa forma estou mais ainda, porque sei que poderei, com os meus pares, ajudar a dar uma contribuição extremamente positiva a essas vozes. Hoje está aqui uma pequena parcela, mas nós sabemos que no nosso País são milhares e milhares de mães,



esposas, filhas e filhos de pessoas que sofrem e gemem pela injustiça praticada todos os dias nos nossos Estados e no nosso País.

Então, Presidente, eram essas as minhas considerações. E quero afirmar mais uma vez o meu compromisso de trabalhar de forma dura, severa, transparente, mas com muita firmeza e com muita lealdade à população que me trouxe a esta Casa. Eram essas as minhas considerações. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero, antes de encerrar, primeiro dizer que segunda-feira nós estaremos lá no Rio de Janeiro. Quero agradecer aos Deputados que estão coordenando, à Deputada Benedita, à nossa Relatora, a Rosângela Gomes, e aos demais Deputados também do Rio. Vamos começar a nossa primeira audiência e também visitas às comunidades, porque não tem sentido, Hamilton, fazer uma CPI que estuda o extermínio de jovens negros e pobres sem ouvir os familiares, as vítimas, e também sem pisar nas comunidades. Então, nós queremos ir até as comunidades.

Eu concordo com o Deputado Jean Wyllys quando ele fala do problema mais sistêmico. É evidente que a CPI vai propor, ao final, várias ações de prerrogativas do Executivo, e nós vamos fazê-lo em forma de indicação. As que são de prerrogativa do Legislativo, a Relatora vai apresentar, para que o conjunto de Deputados possa aprovar e encaminhar ao Parlamento brasileiro, à Câmara dos Deputados. E algo que é praticamente consenso é um plano de metas do ponto de vista de prevenção e redução de homicídios no País. Faz parte do nosso roteiro de trabalho, sem falar em ampliar e compartilhar o tema segurança pública através de uma emenda constitucional e várias outras ações, projetos.

Mas acredito também que não é menor a gente dar uma demonstração de que não podemos conviver com a impunidade. Então, em todos os casos, na minha opinião, que chegaram até esta Comissão por familiares, eu acho que nós não podemos nos omitir em ter uma posição. Eu acho, pela força e pelo poder constituídos à própria CPI, que é importante esse gesto — eu sei que é pequeno — de solidariedade com os familiares. Nós não estamos aqui prometendo que vamos resolver, mas nós estamos prometendo aqui lutar junto com vocês para que esses casos não fiquem impunes. Então, é evidente que nós vamos encaminhar todos os casos de denúncias que chegarem até a CPI.



E eu ainda acredito — é evidente que é uma opinião pessoal, minha, não é opinião da CPI ainda — que casos que têm tanto tempo e que a Justiça deste País, a Justiça criminal, não concluiu... Houve uma força-tarefa do Ministério da Justiça com todas as Secretarias Estaduais de 2007 a 2012, está no mapa da violência: 140 mil inquéritos. Depois de 5 anos, Benedita, só 10% foram concluídos. Nem 8 mil casos! Então, é evidente que nós precisamos estudar se não tem que ter deslocamento de competência para alguns casos aí, pelo menos para os casos mais emblemáticos, senão vai continuar a lógica de a ordem pública ser seletiva, que é outro conceito que foi muito colocado aqui pelo Dr. Renato Lima, com o que eu também concordo. Nós precisamos talvez definir o que é isso. Como isso não foi definido, quem aplica, as pessoas, a segurança pública, aplica de maneira seletiva. Por outro lado... Então, nós precisamos de fato trazer alguns casos e permitir algum mecanismo de algum certo prazo não resolvido. Nós precisamos federalizar, sim, casos.

Então, eu acho que nesse sentido nós queremos reafirmar aqui que vamos pedir informações, vamos fazer oitivas, nos casos dos familiares que estiveram aqui presentes hoje, no caso do Cabula, que nós já pedimos e vamos visitar, no caso do Cosme de Farias, bairro de Salvador, na questão da greve dos policiais de 2012 e na questão de Itacaré e Ilhéus, que chegaram até nós. E esta CPI não pode ficar omissa. É um caso concreto.

Então, é evidente que o centro do nosso trabalho é buscar soluções que resolvam essa questão, que de fato é mais estruturante. Mas também acho que essa tarefa terá que ser uma tarefa em que nós vamos ter que ter uma boa articulação, política inclusive, com todas as Assembleias Legislativas no mínimo, para que as Assembleias também possam dar visibilidade a este tema e assumir a responsabilidade de, no mínimo, constituir, Deputada Benedita, uma Comissão Especial para começar o debate também sobre um plano nos Estados. Eu acho que essa iniciativa de ter o Plano Nacional, na minha opinião, deve estar vinculada a uma emenda constitucional que obrigue todos os entes da Federação a constituírem suas metas, seja no Município, seja no Estado, seja na União. Nós precisamos criar uma nova cultura de paz. Nós não podemos conviver com essa cultura de guerra, de violência, e menos ainda com a tolerância institucional, como se ninguém fosse



responsável. E se passam 10 anos, nós vamos fazer uma nova CPI, e nada foi avançado! Portanto, apesar de a CPI do Nordeste ter sido específica sobre o grupo de extermínio no Nordeste, não tratava da questão racial, nem de jovens negros. É bom que se diga que esta é a primeira mais focada. Mas, independente disso, continuam tendo grupos de extermínio no Norte do País e no Nordeste! Então, é evidente que nós temos que criar mecanismos constitucionais que deem obrigatoriedade a todos os Estados e a todos os Municípios.

E, acima de tudo — foi muito bem colocado aqui também pelo Dr. Renato Lima, do Fórum de Segurança Pública, e também pelo professor da USP, Marcelo Neri —, de fato este tema ainda não entrou na cultura das políticas públicas do Brasil, tanto que, quando a gente começa a discutir aqui, ainda a gente estranha um pouco, porque, em todas as outras temáticas, Bacelar, as pessoas respeitam as posições divergentes. Nós temos que discutir! Nós temos que reeducar a população brasileira! Discutir questão de segurança pública não é prerrogativa privada de quem trabalha com segurança pública, é do povo brasileiro, em especial do povo mais pobre, do povo que, em vez de ter um Estado garantidor dos seus direitos, às vezes está violando os seus direitos. Então, é evidente que nós temos que criar essa cultura. E, na minha opinião, para criar essa cultura, eu acho, Relatora, que nós vamos ter que constitucionalizar obrigações. Aquela ideia que a Presidenta Dilma colocou na campanha política de fazer uma PEC sobre segurança pública para compartilhar as responsabilidades é fundamental. Não dá para dizer que isso é responsabilidade de 142 Municípios que concentram 90% dos homicídios, porque, além dos Municípios, tem violação dos direitos e tem violência, e muita violência, geralmente com as pessoas mais pobres.

Nesse sentido, nós precisamos buscar mecanismos na Constituição, determinar obrigações e criar mecanismos de controle e de participação da sociedade no acompanhamento dessas metas, metas que, na minha opinião, devem ter dois eixos: o eixo da prevenção e o eixo da redução. O Estado tem que pactuar, não dá para, daqui a 10 anos, ao terminar esta CPI 10 anos depois... É importante ter dados, porque nós queremos compará-los. O Estado fez autocrítica? O Estado pediu desculpa ao seu povo, mudou de postura, tem uma nova concepção sobre segurança pública ou vai continuar da mesma forma, seletivo? Não tem julgamento,



não tem elucidação dos casos, só tem prisão em flagrante. Ainda é pior, porque nós temos a população carcerária, que a cada 10 anos dobra de tamanho, e 70% são negros. Aí também seleciona quem vai ser preso, só crime contra patrimonial e uma concepção, na minha opinião, equivocada sobre droga. Eu tive oportunidade de presidir uma Comissão sobre droga. A maioria é microtraficante para consumo — para consumo! —, não é traficante para ganho. Então, essas pessoas têm que estar numa rede de tratamento e não ter nenhum contato com as autoridades de segurança pública. É o contrário! Então, eu acho que são desafios que estão colocados.

Eu quero também reafirmar o meu compromisso, em nome dos familiares que estiveram aqui, e pedir desculpas se em algum momento as pessoas aqui não foram bem interpretadas. Mas a CPI tem o maior orgulho de tê-los recebido, de permitir que vocês tivessem voz, espera que a gente possa reverter essa dura realidade, em nome dos entes queridos de vocês, continua viva na luta de vocês, e que a gente possa fazer justiça.

Então, eu quero também reafirmar, junto com a Relatora, junto com os Deputados, Benedita e Bacelar, com todos os que estiveram aqui, esse compromisso. Esta CPI tem um quórum alto, tem uma boa participação. Nós estamos aqui construindo consensos. Eu tenho certeza de que a CPI será capaz, como a Relatora colocou muito bem, de ter um relatório à altura da demanda do povo brasileiro, até porque, no roteiro de trabalho, a Relatora colocou que nós vamos apresentar relatórios preliminares.

E nós queremos que os senhores também, pertencentes à sociedade civil, possam, junto conosco aqui que representamos indiretamente a população brasileira, de fato ter o olhar da participação direta, viu, Hamilton Borges? Nós queremos que a sociedade nos diga se esse é o caminho também, porque nós queremos quebrar essa barreira entre quem a está aqui representando de forma indireta, o que é legítimo. Um Estado desse tamanho tem que ter representação indireta. E tomara que tivessem todos os povos representados aqui: 50% de mulheres, maioria negros, os mais pobres. Infelizmente nós precisaríamos de uma reforma política para conseguir esse sonho. Mas, como nós não temos, nós queremos aqui quebrar essas barreiras, esses distanciamentos, pisar no chão e,



junto com a participação direta dos setores organizados da sociedade civil, que têm legitimidade para falar sobre esse tema, socializar os nossos encaminhamentos preliminares e buscar votar aqui aquilo que mais se aproxima da visão e do olhar da sociedade civil organizada em relação a esse tema.

Então, eu quero aqui, do fundo da alma, agradecer ao Hamilton Borges, Coordenador do movimento *Reaja*. Também quero agradecer os familiares, a Edcarla Pinheiro dos Santos Lima, pela presença, do fundo do coração. Aqui é a Casa de vocês. É sempre muito bom recebê-los. Também à Maria das Dores Chaves Oliveira, muito obrigado, estamos aqui; à Edieli Santana dos Santos também, esposa de uma vítima da chacina no Cabula; ao Antonio Carlos Bordens de Carvalho, a quem a Casa também acolhe com muito carinho.

Não havendo nada mais a tratar, eu quero agradecer a presença dos Srs. Parlamentares, das assessorias e dos demais presentes.

Informo que, na próxima segunda-feira, dia 4 de maio, a Comissão realizará diligência no Morro do Alemão e audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado, com a presença de autoridades, de representantes de movimentos, da comunidade e também dos Deputados membros desta Comissão e de representantes do Rio de Janeiro.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião de audiência pública para a próxima terça-feira, dia 5 de maio, às 14h30min, em plenário a definir, e reunião deliberativa de requerimentos.

Muito obrigado.

Uma boa noite a todos.